



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VANESSA GONÇALVES DA SILVA

**NOVAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:
A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS NO MÉXICO**

Porto Nacional/TO
2019

VANESSA GONÇALVES DA SILVA

**NOVAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:
A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS NO MÉXICO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. José Pedro Cabrera Cabral

Porto Nacional/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G635n Gonçalves da Silva, Vanessa.
Novas Experiências de Desenvolvimento Territorial: A construção de
autonomias no México. / Vanessa Gonçalves da Silva. – Porto Nacional, TO,
2019.
69 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2019.
Orientador: José Pedro Cabrera Cabral
1. Desenvolvimento Territorial. 2. EZLN. 3. México. 4. América Latina. I.
Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

VANESSA GONÇALVES DA SILVA

NOVAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS NO MÉXICO

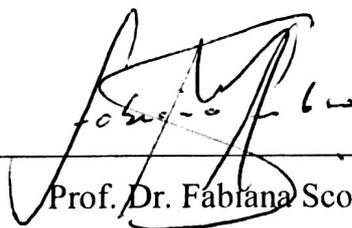
Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 11 / 02 /2019

Banca Examinadora



Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral, UFT



Prof. Dr. Fabiana Scoleso, UFT



Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, UFT

Porto Nacional, 2019

Para todos todo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai por sempre lutar para me dar o melhor. Agradeço ao meu companheiro Rômero B. Sérgio por ser meu oásis em meio ao caos do mundo.

Agradeço ao José Pedro, meu orientador da vida, obrigada! Você torna a universidade mais humana. É uma pena ter tão poucos professores como você.

Aos amigos de bebedeira, vocês e o álcool tornaram tudo mais fácil.

RESUMO

A política neoliberal da década de 1990 implementada nos países latino-americanos pelo Banco Mundial modificou o pensamento econômico na América Latina. Isso influenciou os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Neste trabalho serão analisados os efeitos das políticas desenvolvimentistas e sua vinculação ao território, no campo mexicano que se estabeleceu com a entrada do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Nesse contexto surge o Exército Zapatista de Libertação Nacional denunciando os interesses econômicos dos Estados Unidos e promovendo uma outra de forma de desenvolvimento territorial.

Palavras-chaves: CEPAL. Desenvolvimento. México. Território. EZLN.

ABSTRACT

The neoliberal policy of the 1990s implemented in Latin American countries by the World Bank modified economic thinking in Latin America. This influenced the studies of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. In this paper we will analyze the effects of development policies and their linkage to the territory in the Mexican countryside that was established with the entry of Mexico into the North American Free Trade Agreement. In this context emerges the Zapatista National Liberation Army denouncing the economic interests of the United States and promoting another form of territorial development.

Key-words: CEPAL. Development. Mexico. Territory. EZLN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Chiapas no México com as cidades conquistadas pelo levante de 1 de janeiro de 1994.....	52
Figura 2- Territórios zapatistas descontínuos.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Ocupada por grupos de idade e sexo. Cidades de São Luís de Potosí, Jalisco, Sonora e Baixa Califórnia. 1991.....	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNI	Congresso Nacional Indígena
ERNA	Emprego Rural Não Agrícola
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO	A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FLN	Forças de Libertação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
INEGI	Instituto Nacional de Estadística y Geografía
MERCOSUR	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement – em inglês)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PRI	Partido Revolucionário Institucional
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	TERRITÓRIO COMO LÓCUS DO DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1	Desenvolvimento para a América latina: CEPAL e suas fases.....	15
2.1.1	CEPAL primeira fase: 1950-1980.....	16
2.1.2	CEPAL segunda fase: Década de 1990.....	22
2.2	Desenvolvimento Territorial.....	23
2.3	Diretrizes políticas do Banco Mundial: a questão agrária.....	26
3	TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE: 28	
	IMPACTOS NO MÉXICO CONTEMPORÂNEO.....	
3.1	Os impactos do TLCAN no emprego agrícola e na migração.....	36
4	MOVIMENTO ZAPATISTA.....	45
4.1	A revolução mexicana e a conquista agrária.....	46
4.2	A irrupção do EZLN.....	50
4.3	Autonomia territorial zapatista.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXO	66

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1930 surgem as teorias desenvolvimentistas, que se estabeleceram fortemente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse período foram criadas também diversas organizações internacionais que visavam a recuperação do comércio internacional e a reconstrução dos países devastados pela guerra. Dentre essas organizações destaca-se o Banco Mundial, criado no intuito de restabelecer a economia global, ao mesmo tempo em que, reconstruiria as nações atingidas pela guerra. Os países que detinham o “título” de subdesenvolvidos buscavam superar essa condição e se destacarem como as “economias avançadas”.

Na tentativa de indicar um desenvolvimento econômico a partir da própria realidade dos países latinos, foi criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Trata-se de uma organização regional das Nações Unidas que tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento econômico da América Latina, e posteriormente também aos países do Caribe e passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Deste modo, nosso Trabalho de Conclusão de Curso irá abordar os aspectos principais da influência neoliberal na política agrária mexicana. Diante do contexto histórico demonstrado, analisaremos a importância do território, no México, e o surgimento do Movimento Zapatista como um paralelo crítico a política de dominação do capital.

No capítulo 2 de nossos estudos, abordaremos – além da relação entre Banco Mundial e CEPAL no contexto histórico anunciado – as teorias voltadas para o desenvolvimento do território. Adiantamos que território é um conceito complexo e que se transforma no decorrer do tempo. Nosso conceito de território é entendido como um espaço que está sob a jurisdição de um governo ou de uma autoridade, sendo o suporte físico das relações sociais.

Território, numa outra perspectiva, diferente da normativa, envolve, necessariamente, arbítrio, criação, nexos, poder. Assim, qualquer diagnóstico de natureza territorial deverá explicitar os conflitos e compromissos postos, posicionar recorrentemente a região ou a cidade no contexto mesorregional, estadual, nacional, etc; identificar seus nexos de complementaridade econômica, política e social (MIRANDA, 2012, p. 124).

Assim, diante do conceito de desenvolvimento territorial que surgiu junto às novas abordagens desenvolvimentistas do pós-guerra, analisaremos a influência neoliberal no território mexicano, sobretudo no seu desenvolvimento agrário. As instituições financeiras pressionaram os países latinos a seguirem uma agenda de liberalização do mercado, com isso, aconteceram diversas reformas que reduziram o papel do Estado. Nesse sentido a forma em

que se vê o campo passa por uma transformação, muito contestada pelos movimentos sociais. A Reforma Agrária toma uma nova perspectiva de comércio favorecendo o capital internacional.

Ocorreu no México uma série de reformas constitucionais para possibilitar a entrada do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte, foram modificados artigos importantes que protegiam a terra do capital internacional. A mudança constitucional provocou revolta dos movimentos sociais, principalmente porque foram conquistas da Revolução Mexicana de 1910.

Desse modo, no capítulo seguinte explanaremos – a partir da crise mexicana de 1982 – como o capital internacional iniciou o processo de abertura total do mercado. Isso levou, gradativamente, a substituição dos modelos de desenvolvimento por um novo modelo com base na acumulação “massiva” e a apropriação do controle do mercado nos países da América Latina. Prova disso, foi o surgimento do plano Norte Americano chamado de “*Iniciativa para las Américas*” do presidente dos Estados Unidos George Bush. Fruto dessa “*Iniciativa*”, demonstraremos como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – TLCAN (NAFTA na sigla em inglês), afetou negativamente a agricultura mexicana.

A década de 1990 trouxe consigo a forte influência da globalização econômica. Diante desse contexto – abordaremos no capítulo 4 de nossos estudos, o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ou Movimento Zapatista¹. Destacamos que o objetivo principal desse movimento é combater todas as formas e manifestações de poder. Composto principalmente por populações indígenas, os zapatistas não enxergam a terra como mercadoria, como pretende o governo mexicano. O TLCAN atingiu diretamente as conquistas populares da Revolução Mexicana e fez com que o movimento zapatista saísse da selva Lacandona, se revelando para o mundo. Assim, será nosso intuito principal demonstrar o modelo de desenvolvimento dos territórios autônomos como alternativa ao modelo neoliberal.

¹ Utilizaremos em nosso texto o termo “EZLN” e “Movimento zapatista” como sinônimos. “Essa escolha se faz por conta de que, na prática, inclusive entre os próprios zapatistas, tais termos tende a se misturar.” (ALKMIN, 2015, p. 8).

2 TERRITÓRIO COMO LÓCUS DO DESENVOLVIMENTO

As teorias desenvolvimentistas despontam a partir da década de 1930 e se estabelece mais enfaticamente com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se estabeleceu diversas organizações internacionais visando a recuperação do comércio internacional assim como a reconstrução dos países devastados pela guerra. Neste sentido associa-se o desenvolvimentismo à Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL) que foi a instituição responsável por regionalizar o desenvolvimentismo.

As negociações que objetivavam o estabelecimento de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), visando a consolidação de uma governança global para o novo contexto geopolítico do pós-guerra, a formulação de acordos internacionais para o crescimento do comércio internacional, sobretudo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a fundação do Banco Mundial com vistas à reconstrução dos países devastados pelo conflito revelam que o cenário se havia tornado propício a uma espécie de compromisso global em nome da estabilidade econômica pró-crescimento (NIERDELE, RADOMSKY, 2016, p. 7).

Para financiar a reconstrução dos países devastados pela guerra, foi criado o Banco Mundial com o objetivo inicial de restabelecer a economia global. Impulsionados pelo progresso industrial da Guerra fria, os países latino-americanos se empenhavam em superar a condição de subdesenvolvimento. Buscavam se adequar as “economias avançadas” de acordo com o modelo capitalista dos países desenvolvidos. Porém, essa tentativa foi frustrada, principalmente, pelo aspecto ideológico da Guerra Fria, sobretudo na bipolarização mundial dos blocos socialista – representado pelos países da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e pelo bloco capitalista – representado pelos Estados Unidos e países aliados.

O “desenvolvimento” conseguido pelos países em condição de subdesenvolvimento veio junto aos regimes ditatoriais e seguiram o padrão desenvolvimentista e industrializante regida pela ideologia do progresso:

Na América Latina, o sonho da superação do subdesenvolvimento alimentava expectativas utópicas com o progresso industrial. Mas as escolhas processadas logo se revelaram mais conservadoras do que muitos esperavam. Sob a retórica do combate às ideologias socialistas, utilizada para desencadear as reformas estruturais propostas por alguns governos e setores sociais – principalmente a Reforma Agrária –, a alternativa de expansão capitalista conjugou desenvolvimento industrial, tecnológico e financeiro com um Estado intervencionista e conservador que, em inúmeros países e por longos períodos, também se tornou nacionalista e ditatorial (NIERDELE, RADOMSKY, 2016, p. 7).

Dessa forma, a ideia de desenvolvimento, nesse período, foi essencialmente econômica, atrelada aos dados do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Ou seja, o desenvolvimento era visto como promissor, a partir do momento em que se apresentavam os altos índices do PIB. Com o encerramento dos regimes ditatoriais na América Latina, no final da década de 1980 e início da década de 1990, houve espaço para formulação de teorias alternativas contrárias ao modelo modernizador-desenvolvimentista. As novas abordagens das teorias do desenvolvimento tentaram corrigir o esquecimento das questões sociais presentes no modelo modernizador-desenvolvimentista.

2.1 Desenvolvimento para a América Latina: CEPAL e suas fases

Foi criado em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma organização regional das Nações Unidas que tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento econômico da América Latina, promover relações econômicas dos países entre si e outras nações. Suas ações foram ampliadas posteriormente aos países do Caribe, e passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

A CEPAL surge com ideias independentes das ideias dos países ditos desenvolvidos. A organização mostrou que era possível pensar em alternativas econômicas a partir de sua própria realidade, sendo assim, viu a necessidade de elaborar um corpo teórico diferente voltado aos países periféricos, dando importância às especificidades históricas desses países. Os autores cepalinos fizeram uso de diferentes teorias para elaborar um método - estruturalismo histórico - juntamente com um conjunto de conceitos que permitem analisar as economias periféricas no sistema capitalista.

Desta forma, Celso Furtado e outros intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) passaram a destacar a necessidade de construção de um corpo teórico distinto para a interpretação e a análise dos processos econômicos dos países não centrais (periféricos), que levasse em consideração as peculiaridades históricas de formação social dessas economias (CASSOL, NIEDERLE p. 28-29).

A CEPAL nasce no contexto de uma crise econômica mundial, e se desenvolve mais facilmente devido ao predomínio da Teoria Keynesiana², que influenciou a escola de pensamento cepalina, no entanto sofre oposição norte-americana no momento da votação para sua criação:

Na Conferência de Montevideú, o secretariado da organização apresentou o *Decálogo do Desenvolvimento Econômico*, que orientava os governos latino-americanos a assumirem a condução do processo de desenvolvimento. Este documento, que condensava as idéias de Prebisch, sustentava que as condições internacionais da época não permitiam que aquele processo ocorresse de forma espontânea. A delegação norte-americana, apoiando-se na doutrina então prevalecente, se opôs a esta orientação, sustentando que o papel dos Estados devia se limitar a criar um ambiente favorável aos investimentos, principalmente estrangeiros, admitindo implicitamente a espontaneidade do desenvolvimento. A oposição às diretrizes cepalinas foi vencida graças ao apoio do chefe da delegação francesa, Pierre Mendès-France, que ficara impressionado com a originalidade do pensamento da CEPAL (NERY, 2004, p. 24)

A criação da CEPAL despertou no governo dos Estados Unidos certa preocupação, pois a organização tinha na agenda assuntos de cunho social e econômico que não corroboravam com os ideais do governo norte-americano. Em uma tentativa fracassada de encerrar os trabalhos da CEPAL, o governo estadunidense – por intermédio do Panamá – apresentou uma proposta de fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA). Porém, o apoio do presidente brasileiro Getúlio Vargas à CEPAL fez com que o governo dos Estados Unidos recuasse evitando assim uma polarização entre os países latino-americanos. (FURTADO, 1985).

2.1.1 CEPAL primeira fase: 1950-1980

A CEPAL surge na mesma época em que a teoria do desenvolvimento econômico se constitui como principal linha da economia, dominando as principais correntes de pensamento na década de 1950. Partiam do princípio de que a economia é universal, e a receita dos países europeus e dos Estados Unidos serviria para as nações periféricas, ignorando assim as particularidades culturais, econômicas e históricas de cada país.

² O Keynesianismo é uma doutrina político-econômica que defende o Estado como um agente ativo contra a recessão e alta no desemprego. As ideias do Keynesianismo surgiram com o economista John Maynard Keynes, principalmente a partir da publicação de seu livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936. Por exigir um governo maior como decisor na economia de um país, o Keynesianismo, gerou uma oposição ao Liberalismo, ideia que defende um Estado o menor possível. (KEYNESIANISMO, 2019).

Os países subdesenvolvidos eram basicamente agrários, sem infraestrutura, ou seja, de realidade oposta aos países industrializados do primeiro mundo. Neste contexto, surgem questionamentos a respeito dos paradigmas dominantes que tentavam explicar o subdesenvolvimento a partir da realidade dos países desenvolvidos. Esses questionamentos buscavam por um desenvolvimento que fosse mais próximo da realidade dos países periféricos, que levaram à construção de novas teorias capazes de explicar a realidade do subdesenvolvimento.

A teoria criada pela Cepal parte da perspectiva latino-americana possui um corpo analítico próprio pensado a partir da realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina. A obra cepalina pode ser dividida em duas grandes características, segundo Bielschowsky (2000, p. 17), primeira característica: o enfoque metodológico é sempre o mesmo desde a criação da instituição, mudando apenas o objeto de análise e o contexto histórico. Podem-se identificar quatro linhas de análise, (a) o enfoque histórico-estruturalista e sua relação centro periferia, (b) as análises da inserção internacional e (c) análises dos condicionantes estruturais internos, sendo estas relacionadas a áreas temáticas como de crescimento, de progresso técnico e por ultimo o plano de (d) análises das necessidades e possibilidades de ação estatal.

Segunda característica, ainda de acordo com Bielschowsky (2000, p. 18), a sistematização se vê facilitada pelo feito de que as ideias são historicamente determinadas, desta maneira podem-se identificar cinco etapas na obra da CEPAL em que cada etapa teve duração de em média um decênio e seguem a evolução histórica da América Latina. Dividem-se em: 1) Industrialização (anos 1950); 2) Reformas para desobstruir a industrialização (anos 1960); 3) Reorientação dos estilos de desenvolvimento até a homogeneização social e a diversificação pro exportadora (anos 1970); 4) Superação do problema do endividamento externo mediante o ajuste com crescimento (anos 1980); 5) Transformação produtiva com igualdade (anos 1990).

Os países subdesenvolvidos encontraram no pós Segunda Guerra Mundial a oportunidade de crescimento de suas economias, impulsionados pela ideologia industrializante da época buscavam conquistar o espaço das economias fragilizadas pela guerra, Ao mesmo tempo em que se temia a reestabilização da normalidade. No campo teórico, a falta de teorias que pudessem explicar a realidade econômica e social que se demandava no período enfraqueceu a teoria econômica vigente, essas teorias enxergavam o desenvolvimento como um processo cheio de etapas e os países em processo de desenvolvimento deveriam cumprir cada uma delas, já os teóricos cepalinos viam o

subdesenvolvimento como uma realidade presente e não uma fase e que deveria ser estudada de forma independente. (NERY, 2004, p. 22).

A teoria cepalina surge para ocupar essa lacuna na América Latina. A década de 1950 foi marcada pela criatividade e pela inovação na instituição. Utilizando-se de novos conceitos e uma nova metodologia, passava a mensurar políticas de industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento. Todavia a instituição sempre manteve uma postura cautelosa na elaboração de suas idéias, que despertavam inquietação no governo norte americano.

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial. (PREBISCH, 2000a, p. 71).

A primeira década da instituição foi marcada pelas publicações de Raúl Prebisch³, como “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, de 1949, meses depois publicou, o “Estudo econômico da América Latina”. No ano seguinte, Prebisch escreveu a obra “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”, publicada em 1951. Essas obras constituíram o corpo ideológico desenvolvimentista da CEPAL em sua primeira década.

Prebisch compreende o processo desenvolvimento/subdesenvolvimento como um só processo que se dá pela sua inter-relação entre centro-periferia. Segundo ele, a Revolução Industrial foi responsável por disseminar o progresso técnico de forma assimétrica. Os países do centro desenvolveram-se de forma homogênea e as economias periféricas de maneira desarticulada, pois dependiam das economias de centro.

Seu conceito de centro-periferia foi utilizado para descrever o processo de propagação do progresso técnico na economia mundial e de que maneira os seus

³ Raúl Prebisch (1901-1986), economista argentino. Foi Secretário Executivo da CEPAL e posteriormente exerceu o cargo de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Foi também um dos principais intelectuais cepalinos responsável pela criação metodológica da instituição. (RAÚL, 2001)

ganhos são distribuídos. Para ele haveria uma dualidade, que surge com a Revolução Industrial, nesse processo, pois enquanto os países do centro incorporam as novas tecnologias, as economias periféricas se tornavam desarticuladas, porque precisavam importar tecnologia do centro, logo o dualismo estava na grande diferença de produtividade que os separava – setor exportador versus de subsistência (GONÇALVES, 2014, p. 121).

A relação centro-periferia levava a deterioração dos termos de troca, em que a periferia transfere seus ganhos para o centro. Essa relação entre o centro e a periferia acabara por reiterar a lógica do subdesenvolvimento, agravando ainda mais a assimetria entre eles. Neste contexto, Prebisch propõe a industrialização da periferia como meio de garantir os benefícios do progresso técnico à população. A CEPAL passou a incentivar políticas de substituição de importações:

A industrialização latino-americana assumiu a forma de um processo de substituição de importações. Trata-se, na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão à economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – os quais são substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se aqueles itens de substituição mais difícil. Como ao mesmo tempo que se reduz o coeficiente de importações amplia-se a renda *per capita*, a composição da demanda interna tende a modificar-se, o que exige alterações maiores na estrutura da oferta do que aquelas tidas em conta ao iniciar-se o processo substitutivo. O período de tempo requerido para que a oferta interna se adapte às modificações na composição da demanda – período esse que muitas vezes é ampliado por obstáculos institucionais – dá origem a pressões inflacionárias, particularmente quando o setor externo apresenta pouca ou nenhuma flexibilidade (FURTADO, 1973, p. 111-112).

Os problemas acarretados pelo processo de substituição de importações já haviam sido identificados pela CEPAL desde o início do processo, problemas estes que viram a ser criticados pela própria organização na década seguinte. No fim da década de 1950 a instituição incorporou a idéia de integração regional como parte da estratégia de industrialização. Para a CEPAL, a integração regional contribuiria com o aumento das exportações e aumentaria o poder de barganha dos países latinos em relação ao centro.

A década de 1950 para a CEPAL fora marcada pela capacidade da instituição em se afirmar como a primeira escola de pensamento da América Latina, representando todo o Terceiro Mundo. Este primeiro decênio ficou marcado pelos incentivos à industrialização da região, por meio da substituição das importações, suas medidas protecionistas, políticas de crédito e incentivo e a tentativa de integração regional.

A década de 1960 fora bastante influenciada pelos acontecimentos da década anterior. O crescimento dos países latinos e sua industrialização ainda eram acontecimentos fragilizados, sem contar que o papel social que se esperava da instituição não havia sido

atendido em sua primeira década, isso viria a ser corrigido pela CEPAL graças ao autor Medina Echavarría⁴ com sua obra *Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina* (1963).

A CEPAL da década de 1960 ficou caracterizada pelo diálogo crítico ao processo de desenvolvimento que haviam tido até então. A discussão se deu em um período de polarização política e ideológica vivido pelos países da América Latina em decorrência da Guerra Fria.⁵ Segundo Bielschowsky (2000 p. 39), a discussão percorria em torno de três pontos: a industrialização e a dificuldade em distribuir os benefícios dela à população; a industrialização não havia acabado com a dependência, mas apenas havia alterado; e a ideia de que esses processos atrapalhavam o desenvolvimento.

Prebisch foi o responsável por propor reformas na tentativa de superar os problemas vividos na primeira década da instituição, ele publicou em 1963 o texto *Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Nesta publicação ele fala sobre a importância da reforma agrária como forma de modificar a estrutura social, redistribuindo a renda, pois os latifundiários debilitavam o progresso técnico, pois restringia o acesso do camponês a terra e criando assim marginalização urbana.

Não há dúvida de que é na produção agrícola que costuma encontrar-se o ponto de estrangulamento interno mais renitente no desenvolvimento latino-americano. São vários os elementos que se conjugam nesse aspecto: o regime de posse da terra, que dificulta a assimilação da técnica, a ação deficiente do Estado para adaptar e difundir essa técnica e a precariedade dos investimentos. Ainda que esses três problemas sejam bem resolvidos, se não se concederem incentivos suficientes aos produtores, a aceleração do desenvolvimento poderá deparar com seu obstáculo mais grave na agricultura, como já ocorreu em diversos países, seja qual for seu sistema econômico (PREBISCH, 2000, p. 460)

⁴ José Medina Echavarría foi um dos sociólogos mais importantes da América Latina no século XX. Reconhecido como um dos principais intelectuais do exílio espanhol de 1939, suas contribuições à institucionalização das ciências sociais foram decisivas no Colégio do México, na Flacso e na Cepal. (LOPEZ, 2016)

⁵ A Guerra Fria, muito mais do que uma tensão política, militar, econômica e ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi a fomentadora de diversos conflitos, golpes e até mesmo de outras guerras, de caráter civil e/ou militar ao redor do planeta. Por seu caráter, verdadeiramente mundial, e por sua duração, mais de quatro décadas, vitimou direta e indiretamente milhões de pessoas por todo o globo. Só na América do Sul, se contabiliza um total de aproximadamente quinhentas mil vítimas entre mortos e desaparecidos, as quais em sua grande maioria foram sequestradas, torturadas ou mortas, pelos regimes ditatoriais militares, que com o apoio dos Estados Unidos, governaram parte dos países sul americanos nessa época, e que em nome do temor da expansão comunista, - como ocorrera em Cuba em 1959 - mascarada pela defesa de uma pseudo segurança nacional, fomentaram todo um aparato, fundamentado em especial na Operação Condor, para reprimir violentamente os opositores desses regimes. (GESTEIRA, 2014)

O foco agora estava na questão agrária, e para Prebisch a “insuficiência dinâmica” só poderia ser superada através deste enfoque. Celso Furtado reforçaria a idéia mais tarde com a tese de “tendência à estagnação”. O pensamento cepalino da década de 1960 ainda iria trazer a tese sobre “dependência”, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a tese da “heterogeneidade estrutural” por Aníbal Pinto. Todas essas abordagens são semelhantes defendendo a mudança no estilo de desenvolvimento econômico para incluir reformas agrárias, patrimoniais, financeiras, tributárias, e principalmente a restauração da democracia nos países que havia se tornados ditatoriais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 43).

A década de 1970 trouxe à economia mundial um período de recessão devido ao choque petrolífero. Esse cenário levou os países latinos a contrair dívidas para manter a porcentagem de crescimento alcançado na década anterior. As ideias cepalinas da década de 1970 deram maior importância às análises macroeconômicas, às análises do endividamento e a temática das exportações. Contudo a década foi de sobrevivência às ditaduras e gradativo declínio da teoria do desenvolvimento.

No início da década de 1970 acreditava-se que existiam dois caminhos para superar a questão da dependência: por meio da expansão das exportações industriais e a necessidade de estabelecer modalidades financeiras que possibilitem as economias periféricas absorverem um maior fluxo de exportação dos países industrializados. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 55)

Como aponta Bielschowsky, o trabalho da CEPAL na década de 1970, em suma, foi estimular a industrialização e as exportações com o objetivo de se inserir melhor internacionalmente, chamando a atenção para os riscos do endividamento que estava acontecendo de forma generalizante em toda a região e também para os perigos da abertura comercial e financeira que já estava se propagando nos países da América do Sul.

Apesar da opção generalizada pelo endividamento, esse foi um momento na América Latina em que os países optaram por estratégias distintas. Por um lado o Brasil e o México, por exemplo, davam continuidade à estratégia de industrialização com proteção e forte participação estatal; e tinham bem definido, em seu planejamento, diversificar as exportações de produtos manufaturados, reforçando a tendência que estava em curso desde fins da década de 1960. Por outro, os países do Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai) abandonavam essa estratégia e abriam completamente seu comércio exterior e suas finanças à livre movimentação de bens de consumo, barateados por acentuada valorização cambial resultante de volumoso endividamento. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 45).

Os países da América latina se inseriram no processo de financeirização da economia ainda nos anos 1970, mas foi na década de 1980 que isso foi se acentuar ainda mais. O cenário conturbado dos anos 1970, o desaceleramento da economia mundial, o

enfraquecimento do desenvolvimentismo, o fim do sistema *Bretton Woods* abriu espaço para a onda conservadora que já vinha se desenhando desde meados da década de 1960 com os monetaristas, ganhando força com os neoclássicos na década de 1970 que responsabilizaram o intervencionismo econômico pela crise. (NERY, 2004, p. 53,54).

A mudança no sistema financeiro internacional modificou a regra de financiamento dos países latino-americanos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) passaram a ter um papel central na situação. Neste contexto, a produção conceitual da CEPAL abre espaço para a reconsideração da estratégia de crescimento adotada até então.

A nova estratégia seria dirigida à incursão da América Latina no “casillero vacío” através da “caja negra del progreso técnico”. Nos textos cepalinos dos anos 1990, inspirados em Fajnzylber, a estratégia incluiria uma política de abertura comercial não encontrada na CEPAL do passado (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 61).

Esse acontecimento não tinha o apoio de todos os teóricos da tradição original cepalina, mas buscava ressituar a instituição na nova agenda de discussão que se desenvolvia no contexto da década de 1990: a reconsideração da intervenção estatal nos novos marcos regulatórios (BIELSCHOWSKY, 2000. p. 62).

2.1.2 CEPAL segunda fase

A CEPAL dos anos 1990 não se opôs ao processo de reformas que vinham se instalando desde o início da década, como abertura comercial, financeirização, privatizações. Como aponta (BIELSCHOWSKY, 2000. p. 63), esse novo posicionamento da instituição ficou conhecido como “neo-estruturalismo”, que visava recuperar a agenda de análises e políticas de desenvolvimento de forma adaptada às reformas, propondo uma Transformação produtiva com equidade, a proposta foi formulada, principalmente, por Fernando Fajnzylber em seu texto chamado “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990” que tem como pensamento principal a introdução e a disseminação do progresso técnico como fator essencial para o desenvolvimento de competitividade e meio de inserção mundial.

O pensamento teórico da CEPAL, na década de 1990, se deu em um panorama de desregulamentação e liberalização econômica que vinha se desenhando há vários anos, influenciando a perspectiva estrutural, econômico e social da instituição. O FMI e o Banco Mundial passaram a atuar como instituições responsáveis pela administração das políticas

econômicas dos países subdesenvolvidos, a presença dessas instituições na América Latina serviu para fortalecer a ideologia liberal na região, transformando esse território em área de experimentações neoliberais.

Al final de La década perdida, el contexto económico en el Cono Sur determinará las características de su integración regional. El tipo de regionalización que tuvo lugar en el MERCOSUR estuvo profundamente marcado por el recurso casi exclusivo a los mercados, lo cual subrayó La dificultad de tratar el concepto *regionalismo abierto*. Ciertos economistas ven allí un oxímoron, de tan opuestos que parecen los términos que lo componen. El *nuevo regionalismo* encuentra SUS fundamentos em La nueva economía geográfica y privilegia el papel de La apertura y Del progreso tecnológico para discutir acerca de la localización de las actividades em el espacio considerado. El concepto *regionalismo abierto*, desarrollado por los neoestructuralistas de la CEPAL (1994), trata la integración económica latinoamericana com base em temas caros a los años 1950 (complementariedad productiva, políticas de coordinación macroeconómica, cierto grado de protección aduanera frente a terceros países), pero se inspira también em las teorías Del nuevo regionalismo (apertura económica) (SALUDJIAN, 2005, p. 11).

Neste período se buscou por uma integração regional como meio de inserção dos países periféricos na economia mundial, a integração passou a se dar também entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. O marco do novo regionalismo acontece com a mudança de perspectiva dos estados Unidos, com o plano: Iniciativa para as Américas. Neste momento, deixa de se opor ao processo de integração e começa a fazer parte aderindo a tratados de livre comércio, surge assim o TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte).

A primeira onda regionalista nasce da necessidade dos países subdesenvolvidos em amenizar a dependência política e econômica que possuem em relação aos países avançados. Porém, nessa primeira fase a integração se deu basicamente entre países com o mesmo nível de desenvolvimento e geograficamente próximos. Tinham como principal objetivo reduzir as barreiras tarifárias buscando superar a substituição de importações. A segunda onda surge na década de 1990, e visava à inserção dos países na economia mundial, a década de 1990 foi a década de ouro para a integração regional e todos os continentes buscavam meios de integração. (SENHORAS, VITTE, 2007, p. 3-4).

2.2 Desenvolvimento Territorial

Território é um conceito complexo, que se transforma com o tempo, se complementa com outros conceitos transformando-se em novos conceitos. Território é um espaço que está sob a jurisdição de um governo ou de uma autoridade. É o suporte físico das relações sociais.

É a ligação entre espaço e política que se dá ao longo do tempo (GOTTMANN, 2012, p. 523). O conceito de território possui diversas e diferentes abordagens, neste caso trabalharemos o território como lugar onde se dá o desenvolvimento.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico (GOTTMANN, 2012, p. 526).

Influenciados pela onda positivista do século XIX, os estudos territoriais reduziram-se ao determinismo naturalista, polarizando os estudos das ciências naturais e sociais. Somente a partir da década de 1970 a geografia passou por um processo de renovação com o surgimento de correntes críticas. Os estudos territoriais se aproximaram das ciências sociais, dando uma faceta social ao território e com isso assumindo diferentes significados.

Território não é somente o espaço geográfico em que ocorrem as atividades econômicas ou sociais, é o conjunto de atores e agentes que o habitam, com sua organização social e política, sua cultura e instituições, assim como o meio físico. Trata-se de um sujeito fundamental do desenvolvimento ao incorporar as distintas dimensões do território. (ALBURQUERQUE & ROZZI, 2018, p. 2).

Para Andrade (1994), a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, construindo assim um sentimento da territorialidade, sendo assim, territorialização o procedimento de apropriação do espaço. A ação de ocupar o espaço produz distintas formas de desterritorialização (processo de desapropriação do territorializado). O processo de reterritorialização se dá por meio da reconquista do espaço. Ou seja, ao se expandir o território criam-se formas de territorialidade que acarreta em desterritorialidade dando origem a novas territorialidades.

Grandes empresas, juntamente com o estado, utilizam do conhecimento técnico científico para produzir no território, assim sendo, os atores territoriais desse lugar não conseguem, na maioria das vezes, concorrer diretamente com essas empresas e desta forma cria-se, como conceitua SANTOS Silveira (2001:99-100), uma ocupação territorial seletiva, agravando as desigualdades regionais. Todavia quando a sociedade assume o papel no processo de territorialização, cria-se a possibilidade de fazerem parte do processo de desenvolvimento, por meio da auto-organização regional de maneira mais autônoma e mais igualitária. Muitas regiões aceitam passivamente o modelo implantado de cima pra baixo,

entretanto são muitas as regiões que se unem e participam ativamente do processo. O processo estabelecido em conjunto pelos atores territoriais e o governo, é o modelo de desenvolvimento territorial desenvolvido pelo Estado.

Desenvolvimento territorial deve ser estabelecido em conjunto pelos atores territoriais e o governo, porém sem a ação ativa desses atores as empresas multinacionais são contempladas prioritariamente, dentro da lógica padronizadora da economia de mercado, desta forma tornando-se desterritorializantes.

O conceito de desenvolvimento territorial surge juntamente com as novas abordagens desenvolvimentistas do pós-guerra, neste período, inicia-se um debate sobre o perfil das políticas a serem adotadas para o desenvolvimento de uma determinada localidade. Dá-se então a formação de territórios para articulação de atores locais com o objetivo de proporcionar estratégias de desenvolvimento relacionadas a políticas públicas que são definidas pelo Estado.

A abordagem territorial do desenvolvimento é introduzida com o discurso de que a ação parta da mobilização ativa dos atores territoriais. O desenvolvimento atrelado a questão territorial foi a maneira encontrada pelo Estado de manter a governança e neutralizar os movimentos sociais locais, dando a eles a oportunidade de contribuírem com o processo de desenvolvimento de forma controlada.

a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1991 analisou estudos que levantaram as relações entre as políticas nacionais regionais e locais, concluindo que havia um perigo na abordagem do desenvolvimento local tal como estava sendo enfocada; a conclusão foi que *a estratégia de desenvolvimento local deveria ser considerada um complemento ao desenvolvimento regional*. Considerava-se importante a adoção de uma estratégia maior, baseada no conceito de desenvolvimento territorial. A ideia era que se deveria efetuar uma combinação de políticas governamentais descendentes (*de cima para baixo*) com iniciativas de desenvolvimento endógeno (*de baixo para cima*), sendo que o conceito de “endogenia” passaria a ter um caráter mais limitado (CORRÊA, 2009, p.26-27).

Neste sentido a discussão acerca do desenvolvimento territorial destaca o papel dos atores locais na manutenção da hegemonia do Estado no território por meio das políticas implantadas pelo Estado e desenvolvidas pelos atores locais. Sendo assim, o desenvolvimento territorial serve para tentar promover as transformações sociais que o Estado não consegue proporcionar por meio de políticas definidas pelo Estado e executadas pelos atores locais.

E mais, é necessário entender o desenvolvimento local como um processo histórico, relacional e territorial, portanto, sendo caracterizado pela apropriação e construção dos territórios por meio, sobretudo, das identidades culturais, dos jogos de poder e das redes de circulação e comunicação. Essa processualidade envolve,

necessariamente, as redes locais de sujeitos, as relações sociedade-natureza, o milieu local e as redes trans-multiescalares em distintas escalas: local, regional, nacional, internacional e global. (Dematteis, 2001 e Saquet, 2007) E essa processualidade precisa ser estudada e considerada nos processos de discussão, planejamento e concretização das ações de gestão e desenvolvimento territorial para conseguir autonomia e melhorar a qualidade de vida (SAQUET, 2011, p. 12).

Desta forma, devemos pensar o desenvolvimento a partir das identidades culturais locais, como meio de conquistar a autonomia.

2.3 Diretrizes políticas do Banco Mundial: a questão agrária

Em julho de 1944 foi realizada uma conferência na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, com a presença de representantes de 44 nações aliadas, tinha como objetivo orientar o funcionamento econômico internacional no pós Segunda Guerra. O acordo de Bretton Woods serviu para ratificar a hegemonia norte americana, pois foi estabelecido que a moeda americana fosse a moeda de troca internacional, e o dólar passou a ser vinculado ao ouro.

Além disso, conforme o Acordo de Bretton Woods, a moeda norte-americana tornara-se a moeda universal e a liquidez internacional ficara vinculada ao dólar. Nos primeiros anos do pós-guerra, os demais países desenvolvidos e suas respectivas moedas enfrentavam alta instabilidade. E, mantendo a moeda norte-americana como reserva internacional, os demais países, na prática, acabavam por fornecer crédito para os Estados Unidos (as reservas internacionais em dólares são passivos dos Estados Unidos) (KILSZTAJN, 1989, p. 90).

Neste contexto foi criado o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo institucional de estabilizar o sistema financeiro e de financiar a reconstrução das nações destruídas pela guerra. Essas instituições se tornaram instrumento de manutenção do domínio americano determinando políticas econômicas a outras nações.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional promoveram profundas reformas nos países subdesenvolvidos da América Latina, essa ação ficou conhecida como reformas de primeira geração, que reduziram o papel do Estado na sociedade ocasionando o agravamento dos problemas sociais nesses países, acentuando a tensão social promovida pelos movimentos sociais de oposição ao modelo neoliberal.

Dentre as reformas conduzidas nos anos 90, a liberalização do mercado de terras adquiriu papel estratégico para o Banco Mundial. Foi nesta conjuntura em que a Reforma Agrária passa por um processo de ressignificação promovida pelas instituições financeiras. O pensamento neoliberal do Banco Mundial passou a ser utilizada como meio de controlar as

pressões sociais e ainda assim aprofundar a implantação do modelo. A Reforma Agrária de Mercado, como ficou conhecida, consistia em uma disponibilização de empréstimos pelo Banco Mundial, para a criação de programas de financiamento de terras, desta forma a questão da terra foi utilizada para amenizar as pressões sociais e para implantar as reformas liberais mais profundamente. A estratégia do BM para o desenvolvimento rural buscava anular a luta camponesa, modificando sua significação original e utilizando dela para promover seus interesses. (FILHO, 2014, p. 18-19)

Este modelo não é uma modalidade de reforma agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e venda voluntária de terra entre agentes privados, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos sócio-produtivos. Já a reforma agrária redistributiva consiste em uma ação do Estado que, num curto espaço de tempo, redistribui uma quantidade significativa de terras privadas apropriadas por uma classe de grandes proprietários. Seu objetivo é democratizar a estrutura agrária e promover o desenvolvimento nacional, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto política redistributiva, implica, antes de tudo, a desapropriação "punitiva" (isto é, mediante indenização abaixo do preço de mercado) de terras privadas que não cumprem a sua função social. (SAUER, 2006, p. 1).

Intensifica-se a oposição dos movimentos sociais à onda neoliberal na América Latina. No México, a reforma de vários artigos, principalmente o Artigo 27, da Constituição foi acusada de ter sido modificada por interesse do Banco Mundial e do governo dos Estados Unidos, pois veio atrelado a essa emenda um conjunto de reformas neoliberais que incluíam a criação da Zona de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). A Emenda ao artigo 27 da Constituição mexicana foi aprovada, no governo do presidente Carlos Salinas de Gortari, por 388 votos a favor e 45 contra. (TANAKA, 2004).

A entrada em vigor do NAFTA contemplava a mudança de alguns artigos da constituição: 25 (que regulava os planos de desenvolvimento); o 26 (regulação dos mercados); o 123 (tutela social do trabalho); o 3 (educação gratuita); o 4 (saúde e política habitacional); e o 27 (regulamentação agrária, propriedade da terra e bem-estar dos camponeses). Será sobretudo a mudança deste último que gerará o protesto dos indígenas e dos camponeses que, da mesma forma que em outros países latino-americanos, vinham enfrentando a expansão do latifúndio e a arrogância das milícias privadas dos grandes proprietários (FELICE, MUÑOZ, 1998, p. 14)

O artigo 27 da constituição mexicana foi uma das grandes conquistas da Revolução Mexicana de 1910. A reforma constitucional favoreceu os latifundiários, o incentivo do Banco Mundial ao livre mercado prejudicou diretamente o pequeno agricultor, que não possuía condições estruturais de concorrer de forma igualitária no mercado agrícola. Desta

forma se intensificaram os conflitos agrícolas no México, especialmente em Chiapas, em que os latifundiários massacravam a população indígena que era extremamente pobre.

3 TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE: IMPACTOS NO MÉXICO CONTEMPORÂNEO

A partir da crise mexicana de 1982, o capital internacional iniciou um processo de abertura total do mercado. Isso levou, gradativamente, a substituição dos modelos de desenvolvimento, apontados no capítulo anterior, por um novo modelo com base na acumulação “massiva” e a apropriação do controle do mercado nos países da América Latina e África. Este processo se desenvolveu no contexto da criação de novas políticas de “ajuda para o desenvolvimento” que se transformaram na década de 1990, no discurso que norteia as estratégias da Cooperação para o Desenvolvimento.

A partir de junho de 1990, surgiu o plano Norte Americano chamado de “*Iniciativa para las Américas*” do presidente dos Estados Unidos George Bush. No documento se declarava que era necessário mudar o enfoque da interação econômica e fazer com que a prosperidade do hemisfério dependesse do comércio, por isso a necessidade de forjar uma “associação para a reforma do mercado livre”. (RANGEL, 1990, p. 25-27). A iniciativa para as Américas se sustentava em três pilares: uma iniciativa comercial, que incluísse os acordos de livre comércio, uma iniciativa sobre investimento e outra sobre a dívida externa dos países.

Desta maneira, os acordos comerciais se consideravam o elemento fundamental para estimular não somente o crescimento senão que a possibilidade de que fluíssem novamente os capitais para a América Latina. Rangel (1990) lembra que é importante recordar que os Estados Unidos se encontravam em crises desde a década de 1980 e 1990, e continuavam em condições de deterioração econômicas notável. Portanto, a estratégia de assinar um tratado de livre comércio, significava associar-se com alguém que buscava desesperadamente criar condições favoráveis para sua competitividade internacional, e que, além disso, não conta com os recursos financeiros para os objetivos traçados na “*Iniciativa para las Américas*”.

Sobre esta lógica se criaram os famosos Tratados de Livre Comércio que se apresentaram como uma forma concreta de cooperação entre os países (sempre liderados pelos Estados Unidos), no caso mexicano foi o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – TLCAN, (também conhecido pela sigla em inglês como NAFTA) entre Estados Unidos, Canadá e México. O TLCAN se apresentou como uma oportunidade para o México de superar a grave crise em que se encontrava desde os últimos 30 anos, em particular no

campo mexicano. Assim, poderia resolver velhos e sérios problemas estruturais tais como o desemprego no campo, a baixa produtividade do setor agrícola e a migração dos trabalhadores rurais, principalmente para os Estados Unidos.

Em contrapartida, o México ganharia expansão da produtividade agrícola e a possibilidade de implementar novas tecnologias nos processos agrícolas. Desse modo, aumentaria sua produtividade que poderia se direcionar para a produção e para a exportação, prometendo um substancial ganho nos lucros para o país. Isso movimentaria e estimularia o mercado de trabalho, o que se refletiria na diminuição do desemprego, na fixação da população camponesa no campo e no aumento de sua balança comercial.

A proposta da implementação do TLCAN foi fortemente contestada por setores da sociedade civil mexicana, principalmente pelos movimentos sociais, universidades, sindicatos e organizações sociais. Esses setores denunciavam que as benesses apresentadas sob a lógica da cooperação para o desenvolvimento, eram argumentos que mascaravam os verdadeiros interesses dos Estados Unidos de apropriação e dominação dos mercados mexicanos e do domínio completo do mercado de alimentos do México. Efetivamente as previsões da intelectualidade e dos movimentos sociais mexicanos estavam corretas. Os impactos efetivos do TLCAN se manifestaram claramente desde sua implementação em 1994, e foram avaliados na sua primeira década de funcionamento, demonstrando sua perversidade sem limites.

O TLCAN provocou um agravamento sem precedentes na crise do campo mexicano elevando o número de trabalhadores desempregados a cifras milionárias. Alterou toda a estrutura produtiva de grãos básicos (a principal fonte tradicional de alimentação do país) que refletiu no fim da autossuficiência alimentar mexicana. Direcionou a produção agrícola para a produção de *comodities*, principalmente soja para exportação, em detrimento da produção para o consumo interno de grãos entre outros produtos. Isto implicou no aumento das importações do México, que passou a comprar grãos básicos para seu consumo interno dos Estados Unidos, o que se refletiu em um significativo aumento da pobreza e pobreza extrema da população camponesa mexicana. Paralelamente, aumentou o número de trabalhadores que foram forçados a imigrar para os Estados Unidos. O trabalho precarizado nas indústrias manufatureiras de produtos para exportação deslocou populações inteiras em busca de trabalho.

Dabat (1990), realizando uma análise do tratado de livre comércio proposto, afirmava que o mesmo deveria ser visto no contexto do complexo processo de reestruturação da economia mexicana. Isso significava um processo de transição desde um modelo de crescimento fechado e extensivo já esgotado a outro tipo intensivo e aberto. O modelo

intensivo e aberto tinha por características gerais, o aumento generalizado da produtividade do trabalho e da competitividade internacional com base na assimilação de novas tecnologias e formas de organização. Dentro dessa orientação, a abertura externa constitui no essencial uma condição da reestruturação interna do país, forçando o empresariado nacional a modificar suas condições de produção e práticas comerciais tradicionais, reduzindo assim, custos e preços para poder aproximarem-se as condições internacionais de concorrência. O autor afirmava que na atual conjuntura (leia-se 1990), a abertura do mercado interno estava cada vez mais associada à formação de grandes blocos econômicos regionais estruturados em volta dos eixos dinâmicos da nova revolução tecnológica: Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental (DABAT, 1990, p. 32).

De acordo com Dabat (1990), o tratado de livre comércio devia se considerar como um aspecto particular de uma política internacional ativa, centrada na luta pela preservação e ampliação do multilateralismo comercial e a constituição de uma nova ordem econômica e política mundial. Ela se basearia no desarmamento, o respeito à autodeterminação dos povos e a legalidade internacional, a democracia e a cooperação entre os estados para resolver os problemas mais importantes da humanidade, como a fome e a destruição do meio ambiente, entre outros. (DABAT, 1990, p. 35). O autor advertia que seria necessária uma luta contra o novo protecionismo e a manutenção da ordem comercial mais aberta possível. E apontava como proposta que se deveria aprofundar-se o estabelecimento de uma ampla rede de acordos regionais que privilegiassem os nexos com Europa, a Costa do Pacífico e América Latina, para ampliar e diversificar as relações econômicas do país e minimizar a influência dos Estados Unidos.

Após a crise da década de 1980 surge na América Latina, uma nova fase que fechou o período da agroindústria exportadora inclusiva, e iniciou-se a fase agroexportadora de exclusão. A diferença básica entre elas é que, na fase inclusiva o mercado incluiu uma grande quantidade de produtores e na fase de exclusão, ela assume uma forma de acumulação de capital que leva a exclusão, além de adotar novas formas de exploração do trabalho. As características desta nova fase montada sobre os marcos do neoliberalismo são: vocação exportadora, elevado grau de monopólio, alta concentração de capital, aumento da exploração do trabalho, utilização de formas flexíveis de exploração, alta precarização do trabalho e uso intensivo das novas tecnologias.

O regime de flexibilização como consequência das novas tecnologias, com base na informática no mundo global, colocou um ponto final na fase da agroindústria exportadora inclusiva. Outro aspecto significativo foi o deslocamento do foco das empresas: o terreno de

concentração do capital, para as empresas, mudou do local (o país) para o global (o mundo), agora produzem para o mundo.

O ponto de maior impacto dentro do TLCAN teve como foco a produção de alimentos básicos do México. Portanto, a agricultura e a pecuária foram os setores de atividade produtivos mais diretamente afetados pelo tratado. Desta forma, a produção agropecuária, especialmente, a agricultura e a soberania alimentar da população mexicana se veriam diretamente relacionadas com a posta em funcionamento do tratado.

Com a assinatura do TLCAN, o México procurava acesso aos mercados de Estados Unidos e Canadá, eliminar os obstáculos para a comercialização com estes países, se promovia o afastamento progressivo do Estado para assim poder eliminar distorções de mercado, melhorando as diferenças econômicas e agrícolas entre os países e enfrentar a liberalização total do mercado. Entre os benefícios do TLCAN se acreditava que deveria expandir-se o comércio e que isso implicaria em maior crescimento econômico e, conseqüentemente, um aumento substancial na oferta de emprego.

Outro ponto de destaque foi a diminuição dos preços de cultivos importados pelo México, assim como uma reestruturação produtiva do meio agrícola que impactaria em maior eficiência da produtividade, como do abastecimento local. A substituição de elaboração de produtos alimentícios que poderiam se importar com menores custos, dedicando-se assim, a produção de produtos mais rentáveis para a exportação. Segundo Lechuga e Garcia (2014), a nova estratégia de abertura comercial pretendia aumentar a renda agrícola através de uma expansão no setor de frutas e hortaliças, aproveitando a vocação de boa parte da superfície nacional, vista a existência de condições climatológicas e de ser um intensivo no uso de mão de obra, elemento abundante no país. (LECHUGA; GARCIA, 2014, p. 8).

Como aponta Crawford (2011), em um estudo que avalia o TLCAN no seu décimo quinto ano de funcionamento, as exportações agrícolas totais do México em 2008 tiveram um valor de 16,9 mil milhões de pesos mexicanos. As importações correspondentes tiveram um valor de 23,2 milhões de pesos. “Os Estados Unidos é o sócio comercial de agricultura e de produtos alimentícios maior do México, comprando 78% das exportações mexicanas e suprindo 76% das importações dentro da categoria”. Por outra parte, os 70% das importações agrícolas dos Estados Unidos, produzidas pelo México consistem em verduras, frutas e bebidas alcoólicas. (CRAWFORD, 2011, p. 460).

A fundamentação ideológica do TLCAN, segundo Puyana e cols. (2006), está no papel que na condição de mercados “perfeitos”, jogam os preços para determinar a designação de fatores produtivos, ao vincular estreitamente os preços internos às cotizações mundiais, pela

ação da lei do “preço único”. Alteram os preços relativos, se deprimem os preços de bens importáveis não eficientes e aumentam os preços dos exportáveis. Estes movimentos de preços elevam a produtividade setorial ao propiciar mudanças no uso dos fatores produtivos, terra, capital e mão de obra para atividades transáveis com evidentes vantagens comparativas. Com esse marco conceitual, e em condições de mercados perfeitos, a abertura comercial prejudica os produtores, vendedores de bens não competitivos e beneficia aos produtores e vendedores totais de produtos que se produzem no país mais eficientemente que no exterior. Assim, todos os consumidores serão beneficiários totais. Esta era a fórmula indicada pelas organizações internacionais para a apropriação e comando do novo modelo dominante.

Como aponta Calva (2004) tanto nas propostas do Banco Mundial como da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) o paradigma “agrícola” comum apresentado por estas organizações tem por base a hipótese central de que, uma maior liberalização do comércio, assim como uma menor participação do Estado no fomento direto da agricultura, iria conduzir a um “mundo melhor” em termos de crescimento econômico e bem estar social. Este paradigma faz parte do “pacote” de reformas estruturais que durante as três últimas décadas se implementam na América Latina, como uma fórmula salvadora para os países subdesenvolvidos.

No caso particular do México, os resultados não corresponderam com as expectativas. Os programas neoliberais de mudanças estruturais no setor agropecuário produziram um grande processo de liberalização, e os principais impactos provocados foram: 1) uma significativa redução da participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico do setor; 2) a abertura comercial unilateral que incluiu completamente o setor agropecuário no Tratado de Livre Comércio da América do Norte – TLCAN e; 3) a reforma da legislação agrária que suprimiu o caráter inalienável, a impossibilidade de embargo da terra e caráter imprescritível da propriedade campesina (CALVA, 2004a, p. 71-72).

Os resultados da experiência neoliberal foram bem diferentes do que se imaginou: em valor *per capita*, o PIB agropecuário e florestal de 1999 foi de 17,6% inferior ao de 1981; em quilogramas *per capita*, a produção dos oito principais grãos em 1999 resultou 27,6% menor que a de 1981; a produção de carnes vermelhas diminuiu 34,6% nesse período. A produção de leite se reduziu 15,5%. Em contrapartida, as importações de alimentos passaram de 1.790 milhões de dólares em 1982 para 7.274 em 1994 e para 8.601 em 1999.

Os elementos essenciais da reforma neoliberal da política agrícola levaram a esses resultados. A abertura comercial unilateral, que combinou uma política do “peso forte” que utilizou a taxa de câmbio como freio anti-inflacionário e levou a sérias consequências da

moeda mexicana durante dois momentos, entre 1989 e 1994 e entre os anos 1999 e 2000, provocou um abrupto descenso dos preços reais dos produtos agropecuários nos que o México tinha desvantagem competitiva. A queda dos termos de intercâmbio do setor agropecuário se somou a retração do Estado em suas ações de fomento do desenvolvimento rural.

Os efeitos deste desmonte dos termos de intercâmbio do setor levaram o México a supressão e redução dos programas de fomento setorial. Sob o argumento neoliberal de que os agentes privados atuando em mercados desregulados e sem distorções derivadas de programas setoriais conseguiriam uma excelente melhoria de recursos produtivos. Entretanto, isso acontecia de forma diferenciada em países da União Européia e também nos Estados Unidos e Canadá, que reforçavam suas políticas intervencionistas de governo no campo.

O investimento público e o fomento rural diminuíram 93,4% durante o período de 1982 a 1999, afetando a necessária expansão da infraestrutura. Também o gasto público no fomento rural diminuiu 74,6% entre 1982 e 1999. Outro elemento que afundou o setor agropecuário foi o escasso crédito agrícola. A banca nacional de desenvolvimento diminuiu seus créditos agropecuários de 19.193 milhões de pesos mexicanos em 1981 para 3.992 milhões, em 1999, afetando os camponeses mais necessitados. Isso se traduziu em um constante acúmulo de dívidas dos camponeses devido às dificuldades de pagar os créditos contraídos (CALVA, 2004a, p. 71-72). Como observou Calva (2004b), durante o modelo econômico neoliberal de operação do TLCAN de 1994 a 2002, a taxa média de crescimento do PIB foi de 2,8% anual, enquanto que no período 1935 a 1982 a taxa média de crescimento anual foi de 6,1% (CALVA, 2004b, p. 14).

A severa redução da participação do Estado no desenvolvimento econômico do setor agropecuário se agravou com a privatização e desmonte da infraestrutura estatal de apoio à produção, financiamento, armazenamento, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. Foram privatizados os sistemas de irrigação e toda a estrutura de armazenamento de alimentos. Foi extinta a empresa Fertimex – empresa estatal que vendia fertilizantes a preços subsidiados, o Inmacafé – instituição pública que apoiava a produção e comercialização do café, assim como a extinção de Banrural que operava como banca creditícia de desenvolvimento. Como afirmou Concheiro e Robles (2014), também se eliminaram os subsídios à água e se reduziu a oferta de seguros subsidiados para ajudar aos agricultores a enfrentar as perdas causadas por fenômenos climatológicos (CONCHEIRO; ROBLES, 2014, p. 198).

Em um estudo realizado por Calderón (2004), há cinco anos de assinado o TLCAN afirmava que a produção agrícola se encontrava praticamente estancada no país. Em 1988 a

produção dos 10 principais cultivos agrícolas foi de 22,79 milhões de toneladas; para 1993, um ano antes da assinatura e entrada em vigor do Tratado, chegou a 27,03 milhões de toneladas e para 1998 alcançou 29,31 milhões de toneladas; ou seja, nos cinco anos anteriores ao TLCAN a produção aumentou em 2,24 milhões de toneladas, em quanto, nos cinco anos posteriores a assinatura do Tratado a produção só se incrementou em 2,29 milhões de toneladas, o que equivale a uma redução próxima do 50% no crescimento da produção. Essa situação é particularmente grave no caso do milho, a base da alimentação mexicana, em 1988 se produziu 19,59 milhões de toneladas; em 1993 foram 18,12 milhões de toneladas e para 1998 se produziram 16,42 milhões de toneladas. Antes do Tratado a produção de milho cresceu 7,53 milhões de toneladas, depois decresceu 1,7 milhões de toneladas.

Calderón afirma que no caso do trigo ocorre da mesma forma. Em 1988 a produção era de 3,66 milhões de toneladas; em 1993, foi de 3,58 milhões de toneladas e em 1998 caiu ainda mais chegando a 3,32 milhões de toneladas. No caso da soja passou de 0,26, para 0,49 e para 0,23 milhões de toneladas nos anos antes mencionados. Segundo Calderón, as elevadas importações não só se explicam pela decrescente produção interna, adicionalmente, estas provocaram que os produtores nacionais tenham crescentes dificuldades para comercializar seus produtos devido ao diferencial de preços originado pelos altos subsídios da agricultura estadunidense. O controle monopólico do mercado atacadista de grãos e alimentos por empresas transnacionais agroalimentar propiciou práticas especulativas com o beneplácito do governo mexicano. (CALDERÓN, 2004, p.145)

Gómez e Schwentesius (2004) realizaram uma avaliação dos efeitos do TLCAN com dez anos de assinado e implementado o tratado elencando que: 1) o orçamento do setor agropecuário e de pesca se reduziu de 1994 a 2001 a menos de 50%; 2) o setor agroalimentar no seu conjunto apresentou uma competitividade negativa dentro do TLCAN; 3) com o aumento das importações de grãos e oleaginosos se deslocou a produção de outras culturas que, como consequência levaram a um aumento do desemprego no campo; 4) as informações demonstram que o México está perdendo a soberania alimentar por uma maior dependência das importações; 5) a suposta vantagem dos consumidores de ter acesso a alimentos mais baratos a partir das importações resultou ser demagógica; 6) o TLCAN tem estimulado a transformação mais drástica e profunda na história da agricultura mexicana, levando a aproximadamente 1.000 agricultores a triunfar no tratado e a milhões de agricultores ao fracasso. (GÓMEZ, SCHWENTESIUS, 2004, p. 58-62).

O estudo de Rubio (2008), afirma que a substituição da produção nacional pela importada se manifestou de fato nos dados, em 1990 só 19,8% do consumo aparente nacional

de grãos básicos provinha das importações, já em 2006, 31,5% era importado. No caso do arroz passou de 37% do volume importado em 1990 a 71% em 2006, enquanto que no caso do trigo de 8% para 56%. Por sua parte o PIB agropecuário decresceu a 0,26% anual durante o período de entrada em vigor do TLCAN (1994-2006) (RUBIO, 2008, p. 38). Os efeitos do TLCAN tiveram um impacto devastador para os agricultores mexicanos e a estratégia conduzida pelos Estados Unidos faz parte da nova ordem agroalimentar global. A partir do TLCAN os Estados Unidos impôs uma forma de dominação e subordinação sobre os produtores rurais dos países latino-americanos, por meio da concorrência desleal de seus produtos baratos, processo ao que Rubio chamou de “*explotación por despojo*”⁶ a partir da qual as grandes empresas agroalimentares tiraram dos produtores o excedente produzido, mas também parte do custo necessário para repor os meios de produção utilizados, impedindo-se com isso o reinício de um novo ciclo produtivo (RUBIO, 2008, p. 38).

Em outro estudo sobre a temática Concheiro e Robles (2014), analisam o período entre 1994 e 2006, os primeiros 12 anos do TLCAN, e afirmam que desde a entrada em vigência do Tratado (1994), a média anual do índice de dependência Norte Americana nos 10 cultivos básicos passou de 27% para 38% até o ano de 2006. No caso dos oleaginosos, este índice chegou a 89% durante o quadriênio 2003 – 2006, aumentando nove pontos durante o quadriênio 1994 – 1997; no caso dos grãos, o índice incrementou sua média anual em 10 pontos durante o mesmo período passando de 19% para 29% (CONCHEIRO; ROBLES, 2014, p. 199). Os autores alertam para outra questão relevante implícita no TLCAN, a dependência alimentar que também vem comprometendo a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos. A importação de produtos manipulados de forma biológica constitui uma situação de intercâmbio desigual.

Como afirmou Blanca Rubio (2001a), a característica essencial do novo modelo de agricultura se sustenta em uma forma de subordinação excludente o que gera uma enorme marginalização social, assim como uma concentração sem precedentes do capital em poucas mãos. A exclusão dos pequenos agricultores resulta da forma de domínio impulsionado pelos setores hegemônicos do capital sobre a população trabalhadora do campo. A correlação de

⁶Rubio (2008) define o conceito desta forma: *La explotación por despojo* a entendemos como uma forma de exploração na qual não somente se extrai do produtor direto o excedente produzido, senão que, graças às importações baratas, se extrai parte do que utilizou nos custos de produção, com o qual se estabelece, além de um ato de exploração, um ato de apropriação que impede ao produtor reiniciar um novo ciclo produtivo. (RUBIO, 2008, p. 38).

forças favorável aos setores empresariais no modelo neoliberal permite ao capital impor uma condição excepcional: o estabelecimento de baixos salários desvinculados do preço dos alimentos. Conforme Rubio (2001), a grande façanha do capitalismo neoliberal, e também a causa de sua perversão, consiste em primeiro lugar, em produzir salários baixos que se logram por meio de medidas coercitivas, corporativização de sindicatos, quebra das organizações dos trabalhadores, tetos salariais, ou seja, uma forma autoritária de controle salarial (RUBIO, 2001a, p. 2-5). Somado a isso, o desmonte por parte do Estado da legislação trabalhista e a precarização extrema das relações de trabalho e coloca o trabalhador a mercê dos antes chamados “acordos” coletivos que passam a ser agora acordos individuais.

3.1 Os impactos do TLCAN no emprego agrícola e na migração

No referente ao emprego agrícola a partir da implementação do TLCAN, os mercados se demonstraram pouco dinâmicos como salientou Lechuga e cols (2014), apesar de observar-se um pequeno aumento, o que se explica pelo aumento da fronteira agrícola e não por outros motivos. Desde 1994 até 2010, o emprego agrícola aumentou o equivalente ao ingresso no mercado de trabalho de 34,6 mil pessoas, não obstante, a participação do emprego agrícola na PEA⁷ (População Economicamente Ativa) do setor primário diminuiu de 29,2% para 27,3%, a queda do percentual se explicaria porque nos anos anteriores ao TLCAN, a PEA do setor primário cresceu a um ritmo mais acelerado em relação ao crescimento do emprego agrícola. A política do setor agrícola não se constitui numa tendência de melhoria nos níveis de condições de emprego, nem no meio nem no longo prazo. (LECHUGA e Cols, 2014, p. 24-25).

Lechuga e cols (2014), afirmam que para diminuir efetivamente a pobreza se requer o acesso a melhoria da renda, o que se consegue a partir do emprego, mas nos anos seguintes à implementação do tratado as condições do mercado de trabalho não foram satisfatórias para tal finalidade. Como alternativa forçada, a população rural se dividiu no período entre as duas opções disponíveis: a migração para os Estados Unidos ou o ingresso no emprego informal. A

⁷ Deve observar-se que em 1994, a PEA ativa era de quase 27,8 milhões de pessoas, com um crescimento anual médio de 3,5%, em 2001 a PEA foi de 49,6 milhões de pessoas. De acordo com as informações publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografía – INEGI (2012), os mexicanos ocupados na economia informal eram quase 14 milhões de pessoas, o que significou aproximadamente 28% da PEA. (LECHUGA e cols, 2014, p. 7).

falta de emprego formal somada aos baixos salários se constituiu na causa principal da migração de mexicanos para os Estados Unidos. O Conselho Nacional de População mexicano estimou, em 2010 que, residiam nos Estados Unidos 11,9 milhões de mexicanos chegando a 30% do total de imigrantes do país. O Tratado de Livre Comércio, argumentou o governo mexicano em 1994, serviria para dar fim ao problema da migração ilegal aos Estados Unidos, e para aumentar o emprego agrícola, sendo que nenhuma destas previsões foi concretizada.

Roldan (2015) relacionando as tendências migratórias entre Estados Unidos e México, no marco do processo de reestruturação do modelo econômico do capital, sinala que o saldo de vinte anos do TLCAN em termos de migração México – Estados Unidos, longe de observar uma tendência à diminuição, se tem constituído em parte do sistema migratório bilateral de maior importância do planeta, com mais de 33,5 milhões de pessoas, sendo que ao redor de 35% delas nascidas no México e 65% de descendência mexicana. (ROLDAN, 2015, p. 114). Uma característica do fenômeno migratório contemporâneo é o significativo aumento da migração indocumentada. Nos primeiros cinco anos da década de 1980, o número de mexicanos nos Estados Unidos sem documentação era de 18 de cada 100. Em 2005 somente 15 de cada 100, contavam com os documentos requeridos, sendo que o recorde se atingiu em 2007, chegando a sete milhões de pessoas, sendo assim, seis vezes maior que a registrada na década de 1990. (ROLDAN, 2015, p. 115)

Outra particularidade no campo mexicano, aprofundada pela implementação do TLCAN, é a migração interna. Como explica a Nova Geografia Econômica, este processo se desencadeia pela heterogeneidade da concentração da produção em diferentes regiões, fundamentalmente, pela existência de rendimentos crescentes (QUINTANA; SALGADO, 2016, p. 140). Este processo tem como fatores dinamizadores: a) o acesso aos mercados; as empresas tendem a concentrar-se nos mercados maiores para aproveitar economias de escalas e minimizar custos de transporte e, b) custo de vida; em locais com menores concentrações, serão menores os índices de preços e maiores os salários reais. Portanto, trabalhadores e empresas tenderiam a localizar-se e migrar a regiões com maior potencial de mercado, com a exceção dos casos em que se provoque a saída das empresas de uma determinada região buscando regiões em que a concorrência não seja forte.

O fenômeno da migração interna no México refere-se essencialmente a fatores econômicos, basicamente, se explica pela diferença no valor dos salários entre as regiões com maiores ou menores níveis salariais, onde a migração das regiões pobres para as regiões ricas reforçam os padrões de concentração das empresas. Esta concentração de empresas, numa só

região ofereceria também uma concentração de trabalhadores com capacidades produtivas específicas, “garantindo” uma baixa probabilidade de desemprego e por sua vez, uma baixa probabilidade de falta de mão de obra qualificada. Assim em certas condições seria mais desejável viver e produzir perto de uma concentração de produção manufatureira devido a que é menor o custo de bens que estas regiões possuem (QUINTANA; SALGADO, 2016, p. 161).

Mungaray e cols (2014) afirmam que a migração internacional e a interna se relacionam positivamente, como resultado da proximidade geográfica das cidades fronteiriças do México com o sul dos Estados Unidos, que tem atuado como um polo de atração para a migração internacional. Devido a esta relação trans-fronteiriça, as principais cidades da fronteira norte, caracterizadas pelo crescimento e diversificação de atividades, converteram-se em lugares atrativos ou destino de trabalho para os migrantes do interior do país. Em um estudo dos processos migratórios e do mercado de trabalho na fronteira norte do México, Baja Califórnia, se analisaram os fatores que impactam no mercado de trabalho e no emprego, o que ressalta que antes da crise de 2008 a geração de empregos havia sido ultrapassada pelo ritmo do crescimento acelerado da população economicamente ativa. Associava aos fluxos de trabalhadores que emigram para a fronteira norte do México, ou para trabalhar nas *maquiladoras* ou para atravessar a fronteira para os Estados Unidos. (MUNGARAY; ESCAMILLA, 2014, p. 67-68)

O estudo conclui que uma política efetiva de emprego, em matéria de condições de ocupação, melhora o atrativo da região como receptora de migrantes. Isso gera a atração de mais migração e ocasiona um aumento de pessoas desempregadas. Este fenômeno conhecido como “efeito Todaro”, explica a situação atual na qual o crescimento do emprego e da taxa de desemprego no mercado de trabalho na região da Baja Califórnia. Os resultados demonstraram que o aumento da população ocupada, os salários e o índice de competitividade social, influem de forma direta na tomada de decisões das pessoas para mudar de local de residência. Existindo também uma relação significativa entre a PEA, a migração e os salários, sendo que estas duas últimas variáveis resultaram altamente significativas. (MUNGARAY; ESCAMILLA, 2014, p. 81).

Os impactos do modelo agroexportador ocasionaram sérias mudanças no mercado de trabalho, mais dentro do setor, os mais prejudicados foram os campesinos e os pequenos agricultores. Se a situação em relação ao emprego no meio rural já era precária desde a metade da década de 1970, a partir da década de 1980 se agravaram como resultado das políticas oriundas dos programas de ajuste estrutural e com a implementação do TLCAN. Em 1997 se publicou uma pesquisa realizada na Universidade Nacional Autônoma de México –

UNAM, vinculada a Faculdade de Economia, por Maria Antonieta Barrón. No estudo a autora analisa os processos de trabalho em algumas regiões do país (Jalisco, Baja Califórnia, San Luís de Potosí, Sonora, Vera Cruz, Nayarit e Guanajuato) observando o trabalho realizado nas empresas voltadas para exportação de hortaliças, frutas e flores.

A pesquisa revelou que no período de 1970 a 1994, produziram-se fortes correntes migratórias internas e externas dirigidas ao exterior, onde se encontra em primeiro lugar a migração para os Estados Unidos. Grande parte de sua população rural é composta por mexicanos ou descendentes deles. E nas migrações no interior do país são estimuladas pela oferta de trabalho nas empresas de exportação (*maquiladoras*). Nos anos setenta os trabalhadores migravam em função do lugar e não das ocupações, enquanto que na década de noventa migram em função do cultivo. Essas correntes migratórias vão contribuir com um exército de reserva de força de trabalho, principalmente, feminina e infanto-juvenil. As empresas contratam mulheres e crianças para a colheita de frutas e flores e para a embalagem dos produtos. Deparamo-nos frente ao fenômeno da inclusão do grupo familiar no mercado de trabalho, anteriormente na cultura campesina, à mulher tinha atividades domésticas, agora se converte em provedora de renda, porque a renda gerada pelo homem não suporta o orçamento familiar.

Observe-se a quantidade de trabalhadores ocupados por idade e sexo no estudo de Barrón.

Tabela 1 - População ocupada por grupos de idade e sexo. Cidades de São Luís de Potosí, Jalisco, Sonora e Baixa Califórnia. 1991.
(Percentuais)

Idade	Homens	Mulheres
9 a 14	17,1	15,8
15 a 19	15,9	32,8
20 a 24	26,1	15,3
25 a 29	12,5	8,0
30 a 34	8,2	7,7
35 a 39	5,6	6,9
40 a 44	4,6	5,2
45 a 49	5,0	5,0
50 a 54	2,4	2,2
55 a 50	1,0	0,4
60 e mais	1,6	0,7

Fonte: Extraído de BARRÓN, María Antonieta. Empleo en la agricultura de exportación en México. UNAM, Ciudad de México. 1997, p. 90.

Observa-se uma presença forte da mão de obra feminina e de crianças e adolescentes. A participação destes “trabalhadores” varia muito entre as regiões do país. Os salários são

regulados a partir de quatro condicionantes: a) a intensidade e regularidade da demanda de força de trabalho na região; b) o ciclo de cultivo do produto, dado que é determinante na colheita; c) as condições da oferta de trabalho, se ela for maior a demanda diminui o salário e vice-versa e; d) as alternativas de emprego que oferece a região. Também está o determinante regional, as variações de salários em uma mesma atividade produtiva variam de estado para estado, o que também contribui para os processos migratórios (BARRÓN, 1997, p. 72-96). Caracterizou-se no estudo uma forte precarização do trabalho a partir da década de 1990 que se incrementou a partir do TLCAN e nos primeiros dez anos do seu início sem parar de agravar-se.

Sobre o trabalho no meio rural, devemos citar o estudo de Posadas (2018), que analisa o mercado de trabalho de jornaleiros rurais no México, realizando uma crítica à literatura clássica sobre a temática dentro do país. As análises sobre o mercado de trabalho rural se centram no debate sobre o que determina o mercado: da oferta ou da demanda de trabalho. Os modelos clássicos de mercado perfeito, sócio demográfico e institucionalista, contém uma série de supostos racionalistas, que se contradizem com a realidade social, os quais é possível contrapor outros enfoques alternativos de atores que constroem sua demanda e oferta de força de trabalho. (De la Garza 2006; 2012). Nesse sentido, propõe Posadas (2018), se deveria perguntar nas pesquisas realizadas sobre a temática, pontos como: quantidade de trabalhadores, qual é seu perfil sócio demográfico, trabalhista, salarial, subjetivo, e fundamentalmente, quem resolve suas dificuldades.

A resposta segundo Posadas (2012) é clara: o empresário é o ator fundamental na demanda da força de trabalho, que é uma construção social relacionada com o interesse econômico pela acumulação de capital e a obtenção de lucros, mais muito influenciada pelas características e o destino do mercado e da mercancia produzida, o tamanho das empresas produtoras, o nível de produtividade, a região e a escala de concentração empresarial. Estas variáveis incidem, como fatores estruturais na construção da oferta de ocupação ou demanda de trabalho. (POSADAS, 2018, p. 3-4). Observando o perfil dos jornaleiros rurais, e tomando as informações do INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía), utilizadas por Posadas, se observa que os jornaleiros rurais correspondem ao seguinte perfil: a maior parte da mão de obra assalariada no campo é eventual, com baixa qualificação e pouca escolaridade (média de quatro anos de ensino fundamental), adulta, indígena e masculina. Na relação de cultivos que requerem trabalho assalariado, como pimenta, tomate, abóbora, entre outros, prevalecem percentuais altos de mulheres (26%), indígenas (21%), migrantes (31%),

preferentemente homens de idade superior aos 36 anos, com experiência de trabalho média de 22 anos. (POSADAS, 2018, p. 6-7).

Desde o início da década de 1990 se colocou em marcha uma estratégia de transformação do meio agrário na América Latina. Particularmente no México, se iniciaram ações que se transformaram na experiência piloto sobre o tema para o continente. Este processo se fundamentou no que ficou conhecido pelo nome de ERNA – emprego rural não agrícola – promovido desde as organizações internacionais, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e, estudado e difundido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, FAO (pela sigla em inglês), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe e pela Organização Internacional do Trabalho.

Os argumentos centrais foram: a) que o ERNA seria uma alternativa para a complementação de renda das famílias de agricultores com baixo nível de produtividade, ou seja, camponeses que produzem para o autoconsumo e para a venda de excedentes em pequena escala; b) as múltiplas oportunidades que o meio rural pode apresentar para o desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas e não tradicionais, tais como, turismo, artesanato, prestação de serviços, pequena industrialização de produtos, emprego em setores manufatureiros, entre outros; c) que contribui com as diversas políticas de combate a pobreza; d) que permite diversificar as fontes de ingresso familiares; e) que possibilita o acesso a melhores oportunidades.

Um estudo de Reardon e Cols. (2004) analisou o ingresso agrícola na América Latina, onde constataram que o ingresso não agrícola era significativo por constituir com 40% do ingresso rural total na América Latina e o Caribe. Mesmo assim, observaram que as famílias pobres e as regiões pobres com frequência carecem de acesso ao emprego não agrícola melhor remunerado que possibilita-se aliviar sua situação de pobreza e, que se dedicam a atividades rurais não agrícolas equivalentes a “agricultura de subsistência”, que são de baixa produtividade, mau remuneradas, instáveis e com pouco potencial de crescimento. Quando estes grupos de baixos ingressos se dedicam a atividades pluriativas o fazem para sobreviver, já que em estas ocupações sem futuro, não conseguem prosperar. (REARDON e Cols, 2004, p. 16-23). Estas ocupações acabam constituindo-se em medida paliativa para evitar encontrar-se em situações de pobreza extrema.

En Brasil, Chile, Colombia, México y Nicaragua, la proporción del ingreso agrícola proveniente del empleo asalariado es en promedio mucho mayor para aquella proveniente del empleo por cuenta propia. En cambio, en Ecuador, Honduras y Perú, el empleo por cuenta

propia es más importante que el empleo asalariado no agrícola, especialmente en las zonas más pobres. (REARDON e Cols, 2004, p. 27).

Para os autores, observou-se que a participação do ingresso do emprego por conta própria aumenta com a posse da terra, devido provavelmente a que estas famílias dispõem de fontes de liquides próprias para iniciar negócios não agrícolas em um contexto geral, em que faltam os mercados de crédito rural. Se observaram também, resultados a respeito da participação do emprego por conta própria no ingresso total das famílias, principalmente por que muitas famílias sem terra, com educação, centram-se em empregos assalariados de alta produtividade como a docência. (REARDON e Cols, 2004, p. 28)

Nas conclusões do estudo de Reardon e Cols, realizam duas observações importantes. A primeira, é que para fomentar o ERNA, será fundamental remover a forte marca agropecuária que caracterizam as políticas de desenvolvimento rural e, adotar uma postura de promoção do desenvolvimento territorial e do conjunto da economia rural. Segundo os autores, não existem motivos que justifiquem, depender exclusivamente do desenvolvimento agropecuário para melhorar a qualidade de vida nas regiões rurais, ou para avançar na superação da pobreza. E mais ainda, o próprio desenvolvimento agropecuário requer necessariamente do crescimento da indústria e dos serviços. Em grandes regiões rurais, apostar de forma exclusiva ou predominante ao desenvolvimento agropecuário seria consagrar uma situação de pobreza, marginalização e estancamento endêmico.

A segunda, é que nos casos das regiões pobres, onde a relação com mercados dinâmicos é fraca ou inexistente, seria necessária a correção da frequente distorção de muitos projetos de desenvolvimento. Esses projetos promoveram a criação de microempresas e outros empreendimentos, familiares ou associativos que terminam reduzidos a “ERNA de refugio”, de baixa produtividade ao não se vincular com mercados dinâmicos que demandem os bens e serviços produzidos por essas iniciativas. Os projetos de desenvolvimento rural com financiamento de organismos multilaterais e da cooperação internacional, com frequência, são a “cara” das políticas públicas, em especial em países e regiões relativamente mais pobres. “É indispensável que estes projetos assumam que em América Latina e o Caribe, crescentemente o rural não é sinónimo do agropecuário”. (REARDON e Cols, 2004, p. 29-31). Em consequência, devem desenhar-se pensando em ações orientadas ao conjunto do espaço rural, que inclui o espaço agrícola e o dos pequenos e médios núcleos urbanos.

Um informe da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 2014, sobre o caso do México anunciava na sua portada: “Próximo de 60% dos trabalhadores no México o faz em setores informais”.

As estimações de emprego informal do Instituto Nacional de Estatística e Geografia de México – INEGI informam que este alcançou a um 60% da ocupação total, tanto no último trimestre de 2011 como no terceiro trimestre de 2012, e que registrou um 59,1% no segundo trimestre de 2013. Em janeiro de 2014 a taxa foi de 58,79% do emprego total. (OIT, 2014, p. 4)

Ao desvincular os salários do preço dos alimentos, o capitalismo cria um novo problema: a redução dos salários sem a baixa do preço dos alimentos deteriora a capacidade de compra da população trabalhadora. Como explica Rubio, isto não é necessariamente um problema para o capital. Como a cota de exploração é elevada devido aos baixos salários, existe um sobranço de capital que não encontra condições rentáveis de investimento e se direciona para a esfera especulativa e financeira. “Agudiza-se assim, a separação entre o valor e o dinheiro, entre o produto e sua representação em valor”. Desta forma, se pode explicar o “milagre” produtivo exposto no segundo estudo da Câmara de Deputados da República (2003), *“El sector agroexportador de frutas y hortalizas frescas mexicano en el contexto de la apertura comercial: reestructuración productiva, productividad y remuneración del trabajo”*.

Na análise de Rubio (2001b), ela desenvolve o conceito de domínio excludente como a forma pela qual o capital se apropria da riqueza, matéria fundamental, no coração do capitalismo neoliberal, seu motor de avance e por sua vez de suas contradições. Assim, Rubio entende que o domínio excludente é uma forma de exploração e subordinação que não é capaz de reproduzir as classes subalternas em sua condição de explorados, senão que tende a excluí-los devido a seu caráter depredatório. No caso da indústria, o uso de trabalho temporal e trabalho em domicílio impede a reprodução da força de trabalho, e leva a contínua exclusão daqueles que emprega. Isso quer dizer que a força de trabalho se converte em um produto descartável. Nas palavras de Rubio: “Falamos de domínio excludente porque inclui a exploração de trabalhadores e camponeses e uma forma de subordinação sobre pequenos e médios produtores que transferem parte de seus ganhos para o setor financeiro e multinacional” (RUBIO, 2001b, p. 94-95).

Rubio identifica três setores do capital que impulsam a dominação excludente e comandam a nova ordem do desenvolvimento, estes são: a) o setor especulativo financeiro; b) o setor industrial transnacional e; c) o setor agroalimentar multinacional. Para Rubio, esses eixos analíticos compõem o ponto central para explicar a exclusão dos camponeses na atual etapa do capitalismo contemporâneo. Analisaremos rapidamente os argumentos centrais de Rubio nos três setores: o setor especulativo financeiro, com base no processo de manter baixos os salários como aspecto estrutural do sistema. Assim como a separação do salário do

preço dos alimentos se ativam dos processos: o desemprego estrutural e a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores. Esta situação se constitui a condição essencial para que o capital financeiro se converta em hegemônico em detrimento do capital produtivo. Em consequência, o capital financeiro começa a dominar a cena e impõe altas taxas de juros que minam o lucro industrial e agrícola. Segundo Rubio, isto fecha o círculo vicioso, pois o investimento produtivo se reduz mais ainda e, portanto, o predomínio do financeiro sobre o produtivo se acentua. (RUBIO, 2001b, p. 95-99).

Na concepção de Rubio, o setor industrial transnacional e o capital financeiro e especulativo vivem à custa do setor produtivo, provocando sua exclusão do desenvolvimento. As atividades produtivas essencialmente dedicadas ao mercado interno, fundamentalmente, pequena e média empresa, toda vez que o capital transnacional produtivo orientado para a exportação, não só escapa ao controle do capital financeiro, senão que compartilha o domínio excludente com ele. O capital industrial de ponta, que comanda o processo de acumulação no modelo neoliberal na América Latina, é constituído por empresas produtoras de bens duráveis, bens intermédios e bens de capital de segunda geração, orientados para a exportação do bem para os setores de alto poder aquisitivo no interior do país. Estas empresas impulsionam uma segunda forma de exclusão dos produtores rurais devido a sua vocação exportadora, por meio da qual convertem ao modelo neoliberal em um modelo desarticulado. Dessa forma, o campesino se integra ao modelo neoliberal como refúgio e reproduzidor da força de trabalho da qual se nutre o capital industrial. Esse é o novo papel que joga, a nível geral, o atual modelo de desenvolvimento. (RUBIO, 2001b, p. 102-112).

O setor agroalimentar multinacional é um dos responsáveis pela exclusão dos produtores no terreno econômico, a partir de sua nova forma de domínio das grandes agroindústrias transnacionais, as que utilizam os produtos agropecuários como insumos para a transformação industrial. No final da década de 1980 se gerou as condições para um processo de recuperação da agroindústria da forma de subordinação que haviam exercido sobre os produtores que lhes forneciam insumos. No início da década de 1990, se gerou as condições para um processo de recuperação da agroindústria e com isso, para o impulso de uma nova etapa de domínio sustentada em novas formas de exploração e subordinação do trabalho. Nessa nova etapa se fizeram imprescindíveis o atendimento a três condições essenciais: a retirado do Estado da gestão produtiva e da industrialização de grãos básicos, a desregulação do mercado agroalimentar a nível mundial e, a possibilidade de produzir alimentos a preços elevados sem impactar os salários. (RUBIO, 2001b, p. 112-115). Dessa forma, Rubio explica o “sucesso” da indústria agroalimentar na década de 1990 em vários países latino-americanos.

A forma de sínteses da análise de Rubio (2001b), a exclusão dos camponeses e produtores de alimentos para o mercado interno é consequência de três processos: o domínio do capital financeiro sobre o produtivo, o que gerou que as atividades produtivas se tornaram marginais e, portanto, leva a um menor investimento tanto privado como público e, por sua vez, a um enorme endividamento dos produtores que dessa forma transferem valor ao setor financeiro. O domínio do capital industrial marginaliza os camponeses como produtores de bens baratos para a contenção salarial, ao separar-se o estabelecimento dos salários do preço dos alimentos, a vez que exclui aos camponeses e produtores rurais como consumidores dos produtos de vanguarda a nível industrial. O capital agroindustrial multinacional subordina aos camponeses, medianos e pequenos empresários agrícolas impondo preços baixos sem subsídios, com o qual exerce um domínio que os reproduz na exclusão. Segundo Rubio, os camponeses tem perdido no modelo neoliberal o papel de produzir alimentos baratos para conter o salário e tem agora que produzir matérias primas baratas para o assenso das grandes empresas agroalimentares e com o papel residual de ter que completar seus ingressos familiares. (RUBIO, 2001b, p. 139).

Todos os impactos econômicos e sociais do TLCAN foram identificados prematuramente pelo Movimento Zapatista, também denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, que insurge, não casualmente, no dia 01 de janeiro de 1994, o mesmo dia em que entra em vigor o TLCAN. Em um lugar abandonado pelo governo mexicano, o estado de Chiapas, os insurgentes denunciam globalmente os propósitos dos Estados Unidos e do capital internacional por meio da internet desde a Selva Lacandona, e constroem um novo modelo de desenvolvimento possível que enfrenta o paradigma dominante e o capitalismo internacional, afirmando que “outro modelo de desenvolvimento é possível desde a base da autonomia e da autogestão dos territórios”.

4 MOVIMENTO ZAPATISTA

O século XX ficou marcado pela ideia desenvolvimentista, por muitas décadas discutiram-se sobre políticas econômicas que buscavam reduzir a vergonhosa discrepância econômica entre os países. Na América a busca pela superação do subdesenvolvimento ficou a cargo, principalmente, da CEPAL, que desenvolveu diversos estudos a respeito do desenvolvimento na América Latina. Apesar da dedicação com a economia dos países subdesenvolvidos, os resultados não foram nada satisfatórios. A pobreza no final do século

XX se mostrava bastante presente, a riqueza se mantinha concentrada nas mãos da minoria, e a grande maioria sofria com a desigualdade.

A década de 1990 trouxe o conceito de globalização da economia, uma vez que a atuação do Estado fora bastante reduzida neste período, como foi abordada nos capítulos anteriores. O TLCAN faz parte desse processo, a entrada do México no tratado de livre comércio acarretava em mudanças significativas na constituição mexicana. A mudança no artigo 27 da constituição que diz respeito à questão agrária, propriedade de terra e bem estar dos camponeses, gerou grande revolta da população indígena e camponesa que vinham enfrentando a expansão latifundiária.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional surgiu nesse contexto neoliberal da década de 1990, opondo-se totalmente ao modelo capitalista. O Objetivo do movimento zapatista não é a tomada de poder, e sim combater todas as formas de poder e manifestação de poder. Não propõem um modelo de sociedade, apresentam como sugestão a criação em conjunto. “El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos” (COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA, 1996)

Nós os habitantes primeiros destas terras, os indígenas, fomos sendo esquecidos em um canto, e o resto começou a crescer e a ficar forte; tínhamos apenas nossa história para nos defender e a ela nos aferramos para não morrer. Assim chegou esta parte da história que até parece engraçada, porque apenas um país, o país do dinheiro, colocou-se acima de todas as bandeiras. E, então, eles disseram "Globalização". E, então, soubemos que assim chamavam a esta estranha ordem na qual o dinheiro é a única pátria à qual servir, onde as fronteiras se diluem, não pela fraternidade, mas pelo dessangramento que engorda os poderosos sem nacionalidade. (DI FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 76-77).

O governo mexicano enxerga a terra como mercadoria que pode ser vendida, comercializada, já para a população indígena isso é um ato impensável, a terra é identidade, é a história de um povo. Essa visão diferenciada não permite negociações entre o governo mexicano e a comunidade indígena. O tratado de livre comércio atingiu diretamente as conquistas populares da Revolução Mexicana e fez com que o movimento zapatista saísse da selva Lacandona, se revelando para o mundo.

4.1 A revolução mexicana e a conquista agrária

Em 20 de novembro de 1910, iniciou a revolução mexicana, a população cansada do governo ditatorial de Porfírio Diaz rebelou-se por todo o México, buscavam mudança política e social. Desde o início da revolução a questão agrária foi a principal demanda da população.

O governo de Porfírio Diaz iniciou-se em 1876. Porfírio Diaz foi um militar mexicano e candidatou-se duas vezes a presidência da república sendo derrotado em ambas as tentativas. Em 1876 toma o poder e inicia seu governo que durou mais de 30 anos, seu governo ficou conhecido como Porfiriato. Oposições políticas eram combatidas e o poder político era concentrado nas mãos de poucas pessoas. O México nesse período teve grande crescimento econômico, mas a desigualdade social era extrema e a grande parte da população vivia na miséria.

Durante todo el régimen de Porfírio Diaz, las haciendas habían crecido devorando las tierras de los pueblos y englobando em su seno a los mismo pueblos. Em 1910, las haciendas abarcaban el 81% de todas las comunidades habitadas de México. Especialmente em el norte y em el extremo sur, las haciendas absorbían del 80 al 95% de los pueblos. Em los estados del centro de la República, em cambio, había una preponderancia mucho más marcada de los pueblos indios: em Hidalgo, el 20.7% vivía em hacienda; em Morelos, el 23.7%; em México, el 16.8%; em Oaxaca, el 14.5%. Em total, había em el país menos de 13,000 pueblos libres contra cerca de 57,000 em las haciendas. (GILLY, 1971, p. 29).

O desenvolvimento econômico mexicano ocorreu devido a indústria agrária que se fortalecia com o crescimento das fazendas que avançavam frente às terras indígenas. Os camponeses trabalhavam nas fazendas em condições análogas a escravidão. As condições precárias de trabalho causavam grande descontentamento, neste contexto surgiram grupos armados que se rebelavam contra os fazendeiros. A insatisfação generalizada culminou em rebeliões espalhadas por todo o México, eclodindo a Revolução Mexicana pondo fim ao governo de Porfírio Diaz.

A revolução mexicana foi arquitetada por meio do Plano de San Luis Potossí, escrito por Francisco Madero enquanto se encontrava exilado nos Estados Unidos. O plano continha instruções para se iniciar a revolução e contava com data e hora marcada para o início: às 18 horas do dia 20 de novembro de 1910. (GILLY, 1971, p. 45).

Com o fim do porfiriato o governo foi assumido por Francisco Madero por meio de eleições, e desde então ocorreram sucessivas mudanças no governo marcado pela grande quantidade de assassinatos e golpes. Após Madero, a presidência foi assumida por Victoriano Huerta em fevereiro de 1913. Apesar de terem posto fim ao governo de Porfírio Diaz os representantes seguintes não abraçaram a causa camponesa e a população continuou sofrendo com a miséria e os abusos dos latifundiários.

Em meio a tudo isso, surgiu no sul do México, mais especificamente em Morelos, o Ejército Libertador do Sul, chefiado por Emiliano Zapata. Zapata foi um dos líderes populares da revolução, era filho de fazendeiros, mas sempre fora engajado na luta

campesina. Em 1909 foi escolhido pela população local para presidir a Junta da Defesa das Terras e posteriormente foi o dirigente agrícola do Estado de Morelos. Durante a revolução, ele e seu exército lutaram pela reforma agrária no México. A Revolução Agrária do Sul, como ficou conhecido o movimento, fora um dos episódios mais característico da revolução mexicana, formado especialmente por indígenas e camponeses insatisfeitos.

No norte do México o principal líder popular revolucionário foi Pancho Villa, possuía um grande exército Divisão do Norte. O villismo possuía particularidades diferenciadas do zapatismo, pois partiam de realidades diferentes na questão agrária. No norte prevaleciam os latifúndios e a principal demanda era a divisão da terra. Ao sul era necessário devolver a terra aos indígenas. Os zapatistas entendiam que a produção deveria ser comunitária, como tradicionalmente era realizado na região. (DIAS, 2009, p.49).

A Revolução Mexicana foi um dos movimentos populares mais significativos do século XX:

A Revolução Mexicana (1910-1920) constitui um momento dos mais marcantes da história do século XX tanto quanto a Revolução Russa. Representou o auge de contradições acumuladas ao longo de séculos de uma história de invasões e de recalçamento de povos e classes pelo domínio espanhol/católico, francês e estadunidense. Também expressou uma história de domínio dos fazendeiros, do capital urbano e do capital estrangeiro e de submissão indígena, camponesa, operária e, por que não dizer, de submissão nacional. O povo mexicano deu início ao século XX destruindo algumas bases do sistema político que vinha sobrevivendo desde 1519 (PRADO, 2003, p. 144-174).

Os líderes populares da revolução Mexicana não objetivavam a conquista do poder. O poder central representava para Emiliano Zapata e Pancho Villa um instrumento de opressão no qual eles não se viam realizando. Em 1914 eles ocuparam a Cidade do México, foram até o Palácio Nacional e se sentaram na cadeira presidencial, mas não tomaram o poder, não se reconheciam naquele ambiente, longe do povo. Voltaram pra guerrilha onde continuaram sua luta por Terra e Liberdade (DIAS, 2009, p.49).

Somente em 1917 foi elaborada uma nova constituição durante o governo de Carranza, um dos líderes revolucionários que se tornara presidente do país. A nova constituição garantia aos camponeses direitos que vinham lutando há tempos, como a reforma agrária. A Constituição de 1917 assegurava as reivindicações da revolução. Era muito avançada nas propostas agrárias, pois tornava o latifúndio ilícito e a desapropriação e distribuição de terra passou a ser permitida e garantia direitos sociais aos camponeses (BONAVIDES, 2017, p. 63).

A constituição contemplava as exigências da população, mas na prática a reforma agrária prevista não aconteceu, na verdade o latifúndio se tornou mais forte causando indignação e resistência dos movimentos populares. Sendo assim Pancho Villa no norte e Emiliano Zapata no sul continuaram com a guerrilha, em resposta o governo fortaleceu a perseguição a eles. Zapata foi morto em 10 de abril de 1919 em uma emboscada planejada por Jesús Guajardo, subordinado do governo de Carranza. (GILLY, 1971, p. 292-293).

Após a morte de Zapata, Pancho Villa abandonou a luta armada, mas sua figura representava grande ameaça ao governo mexicano, neste período Álvaro Obregón era o presidente do México e estava empenhado em matar os rebeldes revolucionários. A polícia secreta mexicana armou uma emboscada e assassinou Pancho Villa em 20 de julho de 1923. Os movimentos populares enfraqueceram após a morte de seus principais líderes, a revolução chegou ao fim com um milhão de mortos.

Durante todo o período revolucionário nenhum presidente se dedicou a realizar efetivamente a reforma agrária, somente na década seguinte houve uma mudança na atuação do Estado mexicano. O governo do General Lázaro Cardenas, que fora eleito em 1934 e se manteve no poder até 1940, teve atuação direta na reforma agrária mexicana, ocorre uma significativa distribuição de terras aos camponeses e nacionalização do petróleo e ferrovias, o que causou desconforto aos Estados Unidos.

Cardenas se apoyó em el movimiento obrero, y en particular en la organización sindical y el movimiento de huelga de los obreros petroleros, para llevar adelante la estatización. Más aún: fue la iniciativa y la presión de la huelga y la movilización de los petroleros lo que transmitió al gobierno la seguridad para la decisión expropiatoria. El imperialismo inglés y el norteamericano respondieron con el chantaje, la calumnia nacional e internacional, el retiro total de sus técnicos, el boicot organizado en el mercado mundial al petróleo mexicano; pero sus amenazas de invasión se resolvieron en la aislada sublevación del General Cedillo, que se disolvió casi por sí sola por falta completa de apoyo social. El imperialismo no había hecho en vano la experiencia en pequeño de la expedición punitiva de 1916, y sus Estados Mayores no ignoraban –no ignoran- que entrar en México era meter el pie em una trampa mortal que encendería la guerra antimperalista em toda América Latina y desataría la más violenta crisis interior dentro de Estados Unidos. Cada vez más desde entonces la amenaza de invasión, que ES real, há sido utilizada sin embargo sobre todo por las fuerzas más reaccionários de la burguesia mexicana para justificar ante las masas sus concesiones interesadas al imperialismo y su resistencia a toda medida progressista. (GILLY, 1971, p. 356).

Durante todo seu governo, Cárdenas teve que lidar com a pressão norte americana, e a influência do país no México. A sombra americana não se reduz apenas ao período do governo cardenista, mas a todo o período da história mexicana desde sua Independência. Ainda assim as conquistas da Revolução Mexicana postas em prática por Cárdenas se

mantiveram em vigor por muito tempo. Até que em 1994 o governo mexicano modificou a constituição para se adequar ao Acordo de Livre comércio, motivando o Levante Zapatista de 1994.

4.2 A irrupção do EZLN

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) apareceu para o mundo na madrugada do dia 1 de janeiro de 1994, em resposta ao tratado de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México que entrou em vigor nesse mesmo dia. Para que o México fizesse parte do acordo foi necessário modificar o artigo da constituição que garante a regulamentação agrária, uma das grandes conquistas da Revolução Mexicana.

O EZLN começa a surgir ainda em 1983, um grupo de guerrilheiros ligados às Forças de Libertação Nacional (FLN) entrou na Selva Lacandona tendo como objetivo formar um exército popular. Os jovens guerrilheiros, a maioria estudantes, pretendiam organizar e guiar os indígenas em busca de uma revolução marxista-leninista. Todavia se depararam com a complexa e rica história desses povos, mudaram a estratégia e passaram a conviver e a aprender com eles. (BECK, 2010, p. 108).

Desta forma se estabeleceu uma relação entre os revolucionários e a comunidade indígena, os revolucionários ofereciam treinamento militar e a comunidade oferecia o que fosse necessário para sobreviverem. A troca não se limitou somente a isso, mas também houve um enriquecimento cultural com o cruzamento de experiências e cultura. Sendo assim, os guerrilheiros se adequam e integram à comunidade indígena, acabando com a ideia de que estavam a levar salvação. Esse pensamento revolucionário já aperfeiçoado se alastrou entre as comunidades, e desta forma mais pessoas passaram a se alistar à guerrilha, que futuramente se tornaria o EZLN.

O processo de radicalização se acentuou e em 1992 os chefes indígenas declararam a necessidade de “comemorar” os 500 anos de “descoberta” ou “conquista” da América a partir da perspectiva de suas realidades, do 5º centenário de resistência contra a dominação e que se deveria iniciar a guerra a partir desta data. O EZLN passa a desenvolver uma economia de guerra: organizar marcenaria para a produção de caixas de armas, coronhas para as espingardas, arcos e flechas; oficinas de costura para fabricar os uniformes; treinar enfermeiros; organizar programas de alfabetização para aprender a história do México e produzir manifestos do EZLN (FILHO, 2007, p. 100).

O Exército Zapatista conseguiu crescer entre a população mantendo-se em segredo para o resto do país. O levantamento armado foi a resposta encontrada pelos povos indígenas

de proteger os valores e os fundamentos da vida coletiva indígena do desaparecimento. A decisão de declarar guerra ao governo foi tomada por meio de consulta popular entre os meses de setembro e novembro de 1992, cerca de 500 comunidades manifestaram suas decisões sendo que a maioria decidiu pela guerra. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, declaram guerra ao exército federal mexicano, amparados pelo artigo 39 da constituição mexicana.

Portanto, de acordo com nossa Constituição, emitimos a presente *declaração de guerra* ao exército federal mexicano, pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como seu chefe máximo e ilegítimo. Em conformidade com esta declaração de guerra pedimos aos outros poderes da Nação que restaurem a legalidade e a estabilidade da Nação, depondo o ditador. (DI FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 40).

Cerca de três mil combatentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional, mulheres e homens de diferentes etnias maias e mestiços, surpreenderam o México e o mundo tomando sete municípios chiapanecos (San Cristóbal, Oxchuc, Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Chanal e Huixtán) em oposição à entrada do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN).

Figura 1 – Mapa de Chiapas no México com as cidades conquistadas pelo levante de 1 de janeiro de 1994.



(STEPHEN, 2002, p. 29).

Foram doze dias de conflito armado entre o Exército Zapatista e o exército federal, ocorreram manifestações do povo mexicano pressionando o governo do então presidente Carlos Salinas de Gortari do Partido Revolucionário Institucional (PRI) a cessar fogo. O conflito contou com dezenas de mortos de ambos os lados incluindo civis. Houve mobilização da sociedade por todo o México e também em outros países exigindo o fim do conflito.

Depois de doze dias o governo anunciou a suspensão temporária dos ataques do exército federal. Entretanto, o cessar-fogo não aconteceu de forma total, pois as tropas militares continuaram atacando as bases zapatistas localizadas nas montanhas longe das cidades e dos olhares atentos da sociedade. (FILHO, 2007, p. 119).

A partir de então foram organizadas reuniões em que o governo apresentou propostas que foram rejeitadas pelo movimento. A questão é que o governo não sabia como lidar com os insurgentes, primeiramente tentou desqualificar o movimento alegando que tinham envolvimento com outras facções violentas da América Central, que eram geridos por

estrangeiros e também minimizaram o feito do Exército Zapatista, alegando que o movimento contava com poucos integrantes, de qualquer forma o efeito surpresa limitou a ação do governo, dando fôlego aos insurgentes produzirem material de comunicação combatendo a contra-informação governamental. (FILHO, 2007, p. 124).

Em seus comunicados o movimento zapatista dá voz àqueles que foram esquecidos pelo governo, o Subcomandante Marcos, principal porta-voz do EZLN argumenta:

Um país que se esquece de si mesmo é um país triste; um país que se esquece do seu passado não pode ter futuro. Então tomamos em armas e penetramos nas cidades onde éramos animais. Fomos e dissemos ao poderoso “Aqui estamos!”, e gritamos para todo o país “Aqui estamos!”, e gritamos para todo o mundo “Aqui estamos!”. E vejam só como são as coisas porque, para que nos vissem, tivemos de cobrir o rosto; para que nos nomeassem, negamos o nome; apostamos o presente para ter um futuro; e para viver... morremos. Então vieram os aviões, e os helicópteros, e os tanques, e as bombas, e as balas, e a morte. Regressamos para as nossas montanhas e até lá nos perseguiu a morte. Muitas pessoas de muitas partes disseram “Falem”, e os poderosos disseram “Falemos”, e nós dissemos “Bem, então vamos falar”. E falamos e lhes dissemos que queríamos democracia, liberdade e justiça, e eles punham uma cara de quem não estava entendendo e revisavam seus planos macroeconômicos e todas as suas anotações sobre o neoliberalismo e não encontraram essas palavras em lugar nenhum, e “não entendemos” nos diziam, e nos ofereciam um lugar mais bonito no museu da história e uma morte a mais longo prazo e uma corrente de ouro para amarrar a dignidade. E nós para que entendessem o que pedíamos, começamos a fazer em nossas terras o que queríamos. Organizamo-nos com o acordo da maioria e começamos a mostrar o que era viver com democracia, com liberdade e com justiça e foi o que aconteceu. (DI FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 77).

As demandas do movimento zapatista vão além das tradicionais demandas dos povos indígenas. Entre as principais demandas do movimento, destaca-se aquela que reivindica o direito de autogestão dos territórios. O EZLN declarou unilateralmente a autonomia de seus territórios após o governo recusar o pedido. Desde então, organizam-se por meio das juntas de bom governo, frequentes assembleias e congressos como o Congresso Nacional Indígena (CNI), praticando assim a democracia participativa e gerindo seu próprio território.

4.3 Autonomia territorial zapatista

O movimento zapatista reivindicou pela primeira vez sua demanda por autonomia na reunião que ficou conhecido como Diálogos da Catedral, iniciou-se no dia 20 de fevereiro de 1994 em San Cristóbal de las Casas, foi a primeira tentativa de um acordo de paz entre EZLN e o governo mexicano após a insurreição em 1 de janeiro de 1994. A autonomia exercida nos territórios zapatistas, posteriormente, se manifestou de forma diferente da requerida nos Diálogos da catedral, isso devido à rígida postura do governo. Desta forma, em Chiapas, a

autonomia se desenvolveu como resistência à inflexibilidade dos governantes (ALKMIN, 2015, p. 122).

Nos Diálogos de 1994 o movimento zapatista apresentou um documento com todas as demandas nas quais lutavam. Sendo que o quarto ponto reivindica “Nuevo pacto entre los integrantes de la federación que acabe con el centralismo y permita a regiones, comunidades indígenas y municipios autogobernarse con autonomía política, económica y cultural.” (EZLN, 1994). O governo ofereceu aos zapatistas o reconhecimento de seus direitos tradicionais, o que na prática não significava mudanças reais. A contraproposta do governo foi recusada pelos zapatistas, minando a possibilidade de um acordo, e em 19 de dezembro o EZLN inicia seu próprio processo de autonomia.

A guerra entre os zapatistas e o governo evoluiu e se transformou, desde o levante de 1994, mas ainda acontecem sérios ataques às comunidades autônomas zapatistas como destruição de plantações, ameaças e até assassinatos de membros. Ainda assim a resposta do movimento se restringe a denunciar os atos às organizações de direitos humanos.

A busca por autonomia dos povos indígenas remete ao período colonial, ainda que este termo não fosse utilizado, os ideais e as demandas estavam presentes na luta deste povo já neste período. A manifestação no final do século XX, por autonomia utilizou-se conscientemente este termo, todavia a luta por autonomia remete ao período colonial vivido pelo México. Ainda que não fizessem o uso do conceito, os ideais e as demandas deixam claro o quanto a luta dos povos indígenas por autonomia é antiga.

La autonomía que em las circunstancias de la época reclamaban los pueblos índios (para elegir a sus propias autoridades, evitar los abusos em sus comunidades, practicar libremente sus intercambios y comercios según las leyes y ordenanzas, etcétera), y cuyo desprecio sistemático había sido una causa fundamental de los actos de insubordinación, chocaba contra los hábitos instaurados por los funcionarios provinciales em complicidad con las más encumbradas autoridades novohispanas (POLANCO, 1997, p. 36)

Sendo assim, a autonomia zapatista consiste no resgate da própria identidade e cultura perante o mundo globalizado. Sua estrutura político-administrativa resiste ao modelo de desenvolvimento ditado de cima para baixo.

Etimologicamente falando, a palavra autonomia se origina do grego e significa a ação de reger-se por leis e poderes próprios; dar-se sua própria lei. Segundo Castoriadis, parte-se do princípio de que autonomia é uma temática obstinada da democracia. Para o autor, a democracia contemporânea é afetada pelo liberalismo, empobrecendo seu viés autônomo,

perpetuando assim a dominação de classes. Pois a autonomia carece de uma participação ativa e igualitária (CASTORIADIS, 1983, p. 21, Apud ALKMIN, 2015, p. 114-115).

O governo autônomo zapatista assume a responsabilidade sem interesse de remuneração financeira. É necessária a participação de todos para o bom funcionamento do governo autônomo. O governo autônomo tem o compromisso de informar e apresentar propostas aos povoados. Tem como obrigação atender qualquer pessoa que recorra ao escritório, solucionando ou não o problema a pessoa deve sempre ser ouvida, sendo ou não zapatista, a não ser que seja algum representante do governo mexicano, estes não são atendidos pelo governo autônomo zapatista.

El sistema de gobierno autónomo en tres niveles —autoridades comunitarias, Consejos Municipales Autónomos y Juntas de Buen Gobierno— coordina el progreso de la experiencia autonómica en los ámbitos de educación, salud, comunicación, producción y comercio; es decir, se trata de un proceso integral. Los pueblos indígenas zapatistas, no obstante la feroz represión militar y paramilitar que padecen, han logrado resistir y hacer florecer su sueño de dignidad (GASPARELLO, GUERRERO, 2009, p. 27).

Possuem sete princípios que os norteiam. 1) Servir e não servir-se; 2) Representar e não suplantar; 3) Construir e não destruir; 4) Obedecer e não mandar; 5) Propor e não impor; 6) Convencer e não vencer; 7) Baixar e não subir. (DOROTEO, p. 22). Esses princípios são importantes para o movimento, pois servem também para lembrá-los de não cometer os mesmo erros do governo mexicano.

la experiencia zapatista nos enseña que la autonomía tiene un carácter integral y estratégico: abarca desde la más pequeña cooperativa, desde una escuela en la selva o una casa de salud y se relaciona con la forma y el modo como se encaran cada uno de los trabajos, en quiénes reside la soberanía, cómo van a tomar las decisiones y de qué manera van a organizarse. Por eso la autonomía se relaciona también con la heterogeneidad. Si somos verdaderamente autónomos, en cada lugar se harán las cosas según decida cada colectivo. Esa enorme heterogeneidad es lo que los zapatistas denominan «otro mundo donde caben muchos mundos». O sea un mundo donde la diferencia es una realidad y no apenas una declaración vacía (ZIBECHI, 2007, p. 141-142)

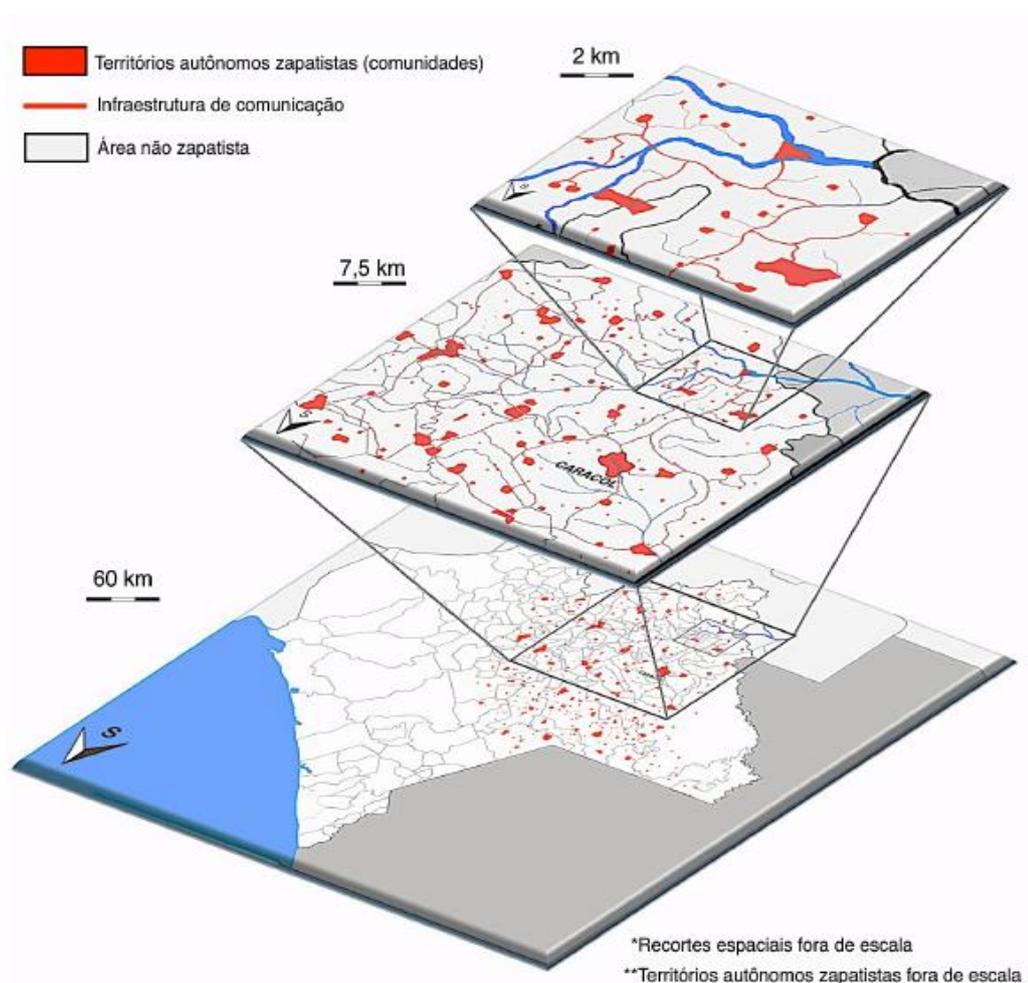
A construção de autonomia tem sido o ponto central da luta zapatista em que o território, o autogoverno e a autonomia são aspectos indissociáveis. Ou seja, a autonomia não se restringe ao campo jurídico, a autonomia é uma organização política que se dá em alguma base territorial, é o território que dá sustentação para que se exerça o poder. Desta forma, podemos ver que autonomia e território estão interligados de modo que só podemos

compreender a demanda zapatista por autonomia, atrelada à importância do território para a comunidade.

Quando o movimento zapatista declara guerra ao governo mexicano a questão territorial é a base de suas reivindicações. Os territórios autônomos zapatistas constituem a estratégia política do movimento. Em 1993 a demanda por terra no estado de Chiapas chegava a 588 mil hectares, a irrupção zapatista no ano seguinte recuperou aproximadamente 60 mil hectares de terra.

A territorialidade zapatista é caracterizada pela descontinuidade do território, para Brancaleone (2012^a, p. 283, apud ALKMIN, 2015, p. 152), o território zapatista pode ser compreendido “uma federação de comunidades rebeldes em armas, afiliadas e articuladas como núcleos auto organizados”.

Figura 2 – Territórios zapatistas descontínuos



(ALKMIN, 2015, p. 154).

As comunidades zapatistas dividem a terra para uso familiar e coletivo sendo que a produção é para o próprio sustento. Nas terras coletivas toda a comunidade colabora na produção geralmente de café e milho, esses são vendidos e uma parte da arrecadação dividida entre as famílias. Este dinheiro é utilizado para comprar mercadorias que não podem produzir. A outra parte do dinheiro vai para o fundo público e a destinação é decidida em assembleia, podendo ser utilizada para reformar a escola local, comprar ferramentas, materiais hospitalares. (ALKMIN, 2015, p. 155-158).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desregulamentação e liberalização econômica da década de 1990 transformaram a maneira com que se lidava o território. As instituições financeiras ditaram as políticas econômicas dos países subdesenvolvidos, a presença dessas instituições transformou o território da América Latina em uma área de experimentações neoliberais e serviram como instrumento do domínio norte americano na região. As mudanças promovidas pelo Banco Mundial no México agravaram os problemas sociais e acentuou as manifestações dos movimentos sociais contrários ao modelo neoliberal.

As conhecidas reformas de primeira geração – propostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - visavam promover mudanças nos países subdesenvolvidos da América Latina. Assim, foi reduzido o papel do Estado e da sociedade nessas localidades. Isso acarretou no agravamento dos problemas sociais e promoveu, ao mesmo tempo, a tensão social atribuída aos movimentos sociais de oposição ao modelo neoliberal. Dentre as reformas promovidas pelo Banco Mundial na década de 1990, estava a Reforma Agrária e sua ressignificação agora oriunda de instituições financeiras.

A estratégia do BM (Banco Mundial) para o desenvolvimento rural buscava anular a luta camponesa, modificando sua significação original e utilizando dela para alcançar seus interesses. Desse modo, o capital internacional iniciou um processo de abertura total do mercado. Esse processo levou, gradativamente, a substituição dos modelos de desenvolvimento por um novo modelo com base na acumulação “massiva” e a apropriação do controle do mercado nos países subdesenvolvidos.

Isso se transformou, na década de 1990, no discurso norteador das estratégias da Cooperação para o Desenvolvimento. Através dessa ótica se criou os chamados Tratados de Livre Comércio. Uma forma concreta de cooperação entre os países (liderados pelos Estados Unidos). Voltado especificamente para o México, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, acordado entre Estados Unidos, Canadá e México. Dentre diversas outras vantagens, o TLCAN se apresentava principalmente como uma oportunidade para o México superar a grave crise em que se encontrava desde os últimos 30 anos, em particular nas áreas do campo mexicano.

Os benefícios apresentados mascaravam o verdadeiro interesse dos Estados Unidos com o programa de cooperação para o desenvolvimento. Dentre tantos interesses norte americano estavam a apropriação e dominação dos mercados mexicanos e do domínio completo do mercado de alimentos do México.

As consequências do TLCAN para o México foi o agravamento sem precedentes da crise do campo, o que elevou o número de trabalhadores desempregados a cifras milionárias.

Também alterou toda a estrutura produtiva de grãos básicos (a principal fonte tradicional de alimentação do país) que refletiu no fim da autossuficiência alimentar mexicana. Isso ocorreu porque o México passou a direcionar sua produção agrícola para a produção de commodities, - principalmente soja para exportação - em detrimento da produção para o consumo interno de grãos e outros produtos. Com isso, para consumir internamente, o México tinha que importar grãos dos Estados Unidos; alimentos que antes do TLCAN eram produzidos em solo mexicano.

Modificaram a Constituição mexicana, sobretudo o artigo 27, por interesse do Banco Mundial, visando a adição de um conjunto de reformas neoliberais. O incentivo do Banco Mundial ao livre mercado prejudicou diretamente o pequeno agricultor. O artigo 27 da constituição mexicana foi uma das grandes conquistas da Revolução Mexicana de 1910. O tratado de livre comércio atingiu diretamente as conquistas populares da Revolução Mexicana e fez com que o movimento zapatista saísse da selva Lacandona, se revelando para o mundo, lutando por Terra e Liberdade.

O território é base para a organização autônoma e política. É ele que dá sustentação para o exercício do poder. Desta forma, podemos ver que autonomia e território estão interligados. Só podemos compreender a demanda zapatista por meio da autonomia juntamente à importância do território para a comunidade. Desta forma podemos ver que as políticas de desenvolvimento não contemplam as comunidades indígenas, pois o território tem significado diferente para esses povos, e o governo vê e a economia neoliberal enxerga a terra como um produto comercial. O desenvolvimento estabelecido de cima para baixo não contempla as singularidades da população. O exercício autônomo permite a existência das particularidades das pessoas. O desenvolvimento, a superação da pobreza, da desigualdade, deve ser pensado a partir daqueles que sofrem com ela.

Assim, concluímos nossos estudos reafirmando que o território é a base possível da instauração de uma organização autônoma e política. Autonomia e território estão interligados e dão sustentação ao exercício da autodeterminação. Tratando-se dos territórios indígenas no México, consideramos que as políticas de desenvolvimento não os contemplavam. O diferente significado de território para esses povos foram, propositalmente, incompreendidos pelo governo mexicano e pelos teóricos da economia neoliberal. Só se pode compreender a demanda zapatista por meio da autonomia juntamente à importância do território para a comunidade. O exercício autônomo permite a existência das particularidades das pessoas. O

desenvolvimento, a superação da pobreza, da desigualdade, deve ser pensado a partir daqueles que sofrem com ela. O Movimento Zapatista, presente, nos mostra que essa realidade é possível e passível de ser abordada nos diversos meios sociais, possibilitando diferentes formas de estabelecer políticas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Francisco; ROZZI, Sergio Pérez. *El desarrollo territorial: enfoque, contenido y políticas*. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.conectadel.org/wp-content/uploads/downloads/2013/09/EL-ENFOQUE-SOBRE-EL-DESARROLLO-TERRITORIAL-doc-Mesa-de-Programas.pdf>” Porto Nacional – TO, acesso em: 22/11/2018.

ALKMIN, Fábio M. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. 29/01/2015. 185. Dissertação - Universidade de São Paulo. São Paulo, março de 2015.

ANDRADE, Manoel Corrêa, 1994. *Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. In: Santos, M; Souza, M. A. A.; Silveira, M. L., *Território, globalização e fragmentação*, p. 213-220, Hucitec, São Paulo, Brasil.

AUBRY, Andrés. *Chiapas a contrapelo: una agenda de trabajo para su historia en perspectiva sistémica*. México: Centro (de Estudios, Información y Documentación) Immanuel Wallerstein : Los Libros de Contrahistorias, 2005.

BARRÓN, María Antonieta. Empleo en la agricultura de exportación en México. UNAM, Ciudad de México. 1997, p. 72-96.

BECK, Maurício. *Aurora Mexicana Processos de Resistência-Revolta-Revolução em Lutas Populares da América Latina: o Exemplo do discurso zapatista*. Santa Maria. 2010 tese de doutorado

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 488 p. v. 1.

BONAVIDES, Paulo. *O Pioneirismo da Constituição do México de 1917*. UNAM, 2017. Disponível em: HYPERLINK “<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/9/4430/6.pdf> 16/01/2019” Porto Nacional – TO, acesso em: 22/11/2018.

CALDERÓN, Salazar Jorge. *El efecto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte y del Tratado de Libre Comercio México-Unión Europea en la agricultura mexicana*. In: *El Desarrollo Agrícola y Rural del Tercer Mundo en el contexto de la Mundialización*. Ciudad de México. UNAM, 2004, p. 145.

CALVA, Téllez, José Luis. *El Consenso de Washington y la problemática agropecuaria de México*. (VALLE, Rivera María del Carmen). (Coordinadora). In: *El Desarrollo Agrícola y Rural del Tercer Mundo en el contexto de la Mundialización*. Ciudad de México. UNAM, 2004a, p. 71-72.

CALVA, Téllez José Luis. *Ajuste estructural y TLCAN: efectos en la agricultura mexicana y reflexiones sobre el ALCA*. In: *El Cotidiano*. Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco. Ciudad de México, 2004b, p. 14.

CASSOL, Abel e NIEDERLE, Paulo André. *Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano*. In: *Introdução às teorias do desenvolvimento*. UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA. *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona (1996)*. Chiapas, 1996. Disponível em: <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=563&cat=10>. Acesso em: 8 jan. 2019.

CONCHEIRO, Bórquez Luciano; ROBLES, Berlanga Héctor. *Tierra, territorio y poder a cien años de la reforma agraria en México: lucha y resistencia campesindia frente al capital*. In: *Capitalismo: Tierra y Poder en América Latina*. CONCHEIRO, Luciano; ALMEYRA, Guillermo; MENDES, João Márcio; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (Orgs). Clacso Argentina – UAM-Xochimilco. Vol. III, Buenos Aires, 2014, p. 198.

CORONA, Juan Manuel (coord.). *Desarrollo Sustentable: Enfoques, políticas, gestión y desafíos*. 1. ed. México: Casa abierta al tiempo, 2015.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. *Desenvolvimento Territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva*. Dirur/IPEA. 2009

CRAWFORD, Terry. *Impacto del TLCAN en el comercio agrícola*. In: *Revista mexicana de agronegocios*. Vol. XV, no 28, 2011, p. 460.

DABAT, Alejandro. *El Tratado de Libre Comercio de México-Estados Unidos: Una opinión*. In: *Problemas del Desarrollo*. Vol. 21, no 83, 1990

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (Org.). *A revolução invencível: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1998. 255 p.

DIAS, Nataly Vieira *O México como “lição”: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

DOROTEO. *Obligaciones del gobierno autónomo*. In: *Gobierno Autónomo I Cuaderno de texto de primer grado del curso de "La libertad según l@s Zapatistas"*.

EZLN. *EL Diálogo de la Catedral*. (1994). Chiapas, 1994. Disponível em: <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=168&cat=54>. Acesso em: 29 jan. 2019.

FILHO, Alexander Maximilian Hilsenbeck. *Abaixo e à esquerda: Uma análise histórico-social da práxis do exército zapatista de libertação nacional*. Marília, 2007.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. *Movimentos socioterritoriais: a contrarreforma agrária do banco mundial e o combate à pobreza rural*. 1. ed. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, 2014. 280 p.

FURTADO, C. *A fantasia organizada*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 232p. (Coleção Estudos Brasileiros; v.89).

FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 192 p.

GASPARELLO, G.; GUERRERO, J. Q. *Otras Geografías: Experiencias de autonomias indígenas en México*. 1. Ed. México: Editorial Redez, 2009.

GESTEIRA, L. A. M. G.. *A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul*. 2014. Sergipe, vol 10. Scientia plena

GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida. México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*. 1971. México D. F.: El Caballito, 1981. 410 p.

GÓMEZ, Cruz Manuel; SCHWENTESIUS, Rita. *¿Renegociar el capítulo agropecuario del TLCAN? Argumentos y contra argumentos*. México. La jornada. 2004, p.58-62.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina*. In: SEOANE, José (org). *Movimentos sociales y conflict en América Latina*. Buenos Aires: OSAL/CLACSO, 2004.

GONÇALVES, Renata da Silva. *A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro*. Pensamento Plural, Pelotas, n. 15, p. 115-131, jan. 2014.

GOTTMANN, Jean. *A evolução do conceito de território*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

KEYNESIANISMO. 2019. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/keynesianismo/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

KILSZTAJN, Samuel *O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra* Revista de Economia Política, vol 9, nº 4, outubro-dezembro 1989

LECHUGA JARDINEZ, Yuliana et al . *Efectos del TLCAN sobre el empleo de mano de obra en el sector agrícola de México, 1994-2010*. Región y sociedad, Hermosillo. v. 26, n. 60, p. 5-28, agosto 2014 .

LIRA, Elizeu Ribeiro; SANTOS, Roberto de Souza (org.). *Fronteira, Território e Cidades no Cerrado: Discussões e Reflexões socioterritoriais*. Goiânia: Kelps, 2017. 258 p.

LOPEZ, LAURA ANGÉLICA MOYA. *José Medina Echavarría: Una mirada sobre América Latina desde la sociología económica y la teoría (1952-1977)*. Tempo soc., São Paulo, v. 28, n. 3, p. 95-116, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000300095&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.111588>.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. *O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento Rural e suas contradições no estado do maranhão*. R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p. 123-132, jan./jun. 2012.

MUNGARAY, Lagarda Alejandro; ESCAMILLA, Diaz Antonio; GARCIA, Meneces Erika. *Migración por empleo en México. La experiencia de Baja California entre 2008 y 2012*. In: *Región y Sociedad. Colegio de Sonora*. Año 26, no 61, 2014, p, 67-68.

NERY, Tiago; Fernandes, Luis. *A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990*. Rio de Janeiro, 2004. 126 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NIEDERLE, Paulo André e RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Coord. pelo SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. *Território em Conflito, Terra e Poder*. Goiânia: Kelps, 2014.

O QUE foi o acordo de Bretton Woods. 2008. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-que-foi-o-acordo-de-bretton-woods/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: *BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000a. cap. 1 p. 69-136. v. 1.

PREBISCH, Raúl. *Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. In: *BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000b. cap. 12, p. 451-488. v. 1.

POLANCO, H. D. *La rebelión y la autonomía*. México: SigloVeintiuno Editores, 1997.

POSADAS, Segura Florencio. *Mercado de trabajo de los jornaleros agrícolas en México*. In: *Región y Sociedad. Colegio de Sonora*, año 30, no 72, 2018, p, 3-4.

PUYANA, Alicia; HORBATH, Jorge; ROMERO, José. *El sector agropecuario mexicano: un quinquenio con el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica*. In: *OASIS – Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales*. Universidad Externado de Colombia. Bogotá, No 11, 2006, p. 226.

QUINTANA, Luis; SALGADO, Uberto. *Migración Interna Mexicana 1990 a 2010: un enfoque desde la Nueva Geografía Económica*. In: *Problemas del Desarrollo*. Ciudad de México, no 184, vol, 47, 2016, p. 140.

RANGEL, José. *Algunos postulados y la imposibilidad de garantizarlos*. In: *Problemas del Desarrollo*. Vol. 21, no 83, 1990, p. 25-27.

RAÚL Prebisch. 2001. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/equipo/raul-prebisch>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

REARDON, Thomas; BERDEGUÉ, Julio; ESCOBAR, Germán. *Empleo e Ingresos Rurales no Agrícolas en América Latina*. Santiago de Chile, BID, CEPAL, FAO, REMISP, 2004, p. 16-23.

ROLDAN, Genoveva. *Migración México – Estados Unidos: paradoja liberal renovada del TLCAN*. In: *Problemas del Desarrollo*. Ciudad de México, no 181, vol. 46, 2015, p. 114.

RUBIO, Blanca. *De la crisis hegemónica y financiera a la crisis alimentaria. Impacto sobre el campo mexicano*. In: *Argumentos, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco*. Vol, 21, no 57, 2008, p. 38.

RUBIO, Blanca. *La agricultura latinoamericana: una década de subordinación excluyente*. In: *Revista Nueva Sociedad, Buenos Aires*, no 174, julio-agosto 2001a, p. 2-5.

RUBIO, Blanca. *Explotados y Excluidos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal*. Chapingo, Plaza y Valdéz, 2001b, p. 94-95.

SALUDJIAN, Alexis. *Del Mercosur al ALCA: críticas al modelo liberal de nuevo regionalismo del BID*. *Problemas del Desarrollo*, [S.l.], v. 36, n. 141, p. 10-25, abr. 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L., 2001, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Record, Rio de Janeiro, Brasil.

SAQUET, Marcos Aurélio. *O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática* RESGATE • vol. XIX, Nº 21 • jan./jun. 2011 • - p. 5-15

SAUER, Sérgio. A "reforma agrária de mercado" do Banco Mundial no Brasil. Proposta, dezembro/fevereiro, nº 107, ano 30. 2006. Disponível em: <https://www.alainet.org/fr/node/114041>.

SENHORAS, Elói Martins; VITTE, Claudete de Castro Silva. *O novo regionalismo internacional da teoria à prática: um estudo de caso de integração regional e panregionalismo na encruzilhada sulamericana*. Anais do VI Fórum do MERCOSUL (Fomerco). Fev.2007. Disponível em: <http://works.bepress.com/eloi/46>. Acesso em: 24 dez.2018.

STEPHEN, Lynn. *Zapata Lives!: Histories and Cultural Politics in Southern Mexico*. 1. ed. California: University Of California Press, 2002. 460 p.

TANAKA, Laura Saldívar. *A Reforma Agrária mexicana: Do Ejido à Privatização* In: *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. Org: Mônica Dias Martins. São Paulo, VIRAMUNDO, 2004.

OIT. *Notas sobre Formalización*. México, 2014, p. 4.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y Emancipaciones: América Latina em Movimento*. Lima, 2007.

ANEXO A - PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA. 31/12/1993

Al pueblo de México:

Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

«La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.»

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por lo tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluídos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a ls órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL

Comandancia General del EZLN

Año de 1993